

ABREU, S. “Igualdade: a afirmação de um princípio jurídico inclusivo”. In: ZONINSEIN, J.; JUNIOR, J. F. (Org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 329-346.

ACOSTA, M. Estratégias para combater a exclusão social e o preconceito no México. In: PINHEIRO, P. S.; GUIMARÃES, S. P. (Org.). **Direitos humanos no século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão, [199-?]. p. 623-651.

ADENIKÉ, G. Marias e Antonias – um convite ao diálogo com o feminismo negro! São Paulo, jul. 2007: Fala Preta! Organização de Mulheres Negras.

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. Articulações entre movimento negro e Estado: estratégias e experiências contemporâneas. In: GOMES, A. de. C. (Org.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 93-113.

ALBERTO, L. Movimento negro e políticas públicas. In: SOUSA JR., J. G. de. [et all] (Org.). **Educando para direitos humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade**. Porto Alegre: Síntese, 2004.p. 201-203. XEROX.

ALMEIDA FILHO, N de. [et all] (Org.). Ações afirmativas na universidade pública: o caso da UFBA. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2005. Introdução; Comentários. p. 3-37. XEROX.

ALMEIDA, L. C. Protagonismo e autonomia de mulheres negras, a experiência das organizações: Geledés e CRIOLA. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

ALMEIDA, M da S. **Mapeamento da produção acadêmica sobre ação afirmativa no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009. Artigo apresentado na qualificação para a obtenção do título de doutora em Serviço Social – Departamento de Serviço Social, PUC-Rio.

_____. Preconceito racial e desigualdade social: candomblé, resistência e enfrentamento da pobreza. In: PINTO, Elisabete; Almeida, Ivan (Org.) **Religiões: tolerância e igualdade no espaço da diversidade: (inclusão e exclusão social, étnica e de gênero)**- São Paulo: Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, 2004. v. 2, p. 65-78.

ALMEIDA, M. A. O. Política de Ação afirmativa na universidade brasileira: a experiência do curso de graduação em serviço social da PUC- Rio. **Revista O Serviço Social em Questão**, v. 10, n. 10, p. 98-115. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da PUC-RJ. 2003.

ALMEIDA, M. S. **Candomblé e pobreza: um estudo sobre representação e identidade em um terreiro de candomblé em Nova Iguaçu**, Rio de Janeiro, 1998. 112p. Dissertação de mestrado- Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

ALMEIDA, M. **Valorização e inserção da mulher negra no mercado de trabalho**. SEMINÁRIO ESTADUAL DE MULHERES NEGRAS, mar. 2003, Porto Alegre.

ALMEIDA, N. N. “Introdução: a política de ações afirmativas na UERJ”. In: ARRUDA, J. R. C. (Org.). **Política de ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2007. p. 9- 26.

AMALIA, E. ; FISCHER, P. Los complejos caminos de la autonomia. **Nouvelles Questions Féministes**, v. 24, n. 2, p. 54-68, 2005.

ANDRADE, R.; FONSECA, E. Introdução ANDRADE, R; FONSECA, E. (Org.). **Aprovados! Cursinho pré-vetibular e população negra** – São Paulo: Selo Negro Edições. 2002, p. 11-12.

ANDREWS, G. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos uma comparação estatística. Tradução Carlos Alberto Medeiros. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 22, Florianópolis, p. 47-83, set 1992. Título original: Racial inequality in Brazil and the united states: a statiscal comparison.

ANDREWS, G. R. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Tradução Magda Lopes; revisão técnica e apresentação Maria Ligia Coelho Prado. Bauru, SP: EDUSC, 1998. 444 p.

ANTUNES, R. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 632-636, out./dez. 2010.

ARAUJO, J. M. O. **Bahia: negra, mas limpinha**. Bahia, 2006, 280 p. Monografia (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

ARAÚJO, J. Z. “Estratégias e políticas de combate à discriminação racial na mídia”. In: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate ao racismo**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996. p. 243-251.

ARAÚJO, J. Z. A. de. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

ARAUJO, M. **Reflexões sobre a saúde da mulher negra e o movimento feminista**. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/uplod/biblioteca_virtual_reflexoes_no_movimento_femoinista.pdf> Acesso em: 01/04/11.

ARAUJO, M. _____. mar. 2001. Disponível em: <http://www.antroposmoderno.com-articulado.phd?id_aticulado=315> Acesso em: 01/04/11.

ARAÚJO, S. S. de. **Habitus turísticos, identidade e distinção: uma análise do turismo a luz de Pierre Bourdieu**. Bahia, 2005, 129 p. (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

ARRUDA, A. O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro – negociando a diferença. In: ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 17-46.

ARRUDA, J. R. C. **Políticas de ações afirmativas no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2007.

ARRUDA, J. R. C.; BIRBEIRE, M. A. A. “Análise de desempenho na universidade dos ingressantes através do sistema de cotas”. In: ARRUDA, J. R. C. (Org.). **Política de ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2007. p. 47 – 102.

ARRUTI, J. M. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll ActionAid, 2009. p.75 – 110.

Articulação de Mulheres Brasileiras/AMB, Action Aid. **Políticas de Ajuste X Políticas de Inclusão: Gênero e Raça nas Políticas Públicas**. Brasil, s/ data.

ASSIS, J. F. de. **Pelo direito de viver: um estudo sobre as desigualdades raciais experimentadas por mulheres negras em período gravídico puerperal no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, UERJ. 2010. Trabalho de conclusão do curso de especialização em serviço social e saúde.

ASSIS, M de P. A questão racial na Faculdade de Formação de Professores da UERJ: a visão dos docentes sobre a Lei n. 10.639/03. In: GONÇALVES, M. A. R. (Org.). **Educação, arte e literatura africana de língua portuguesa: contribuições para a discussão da questão racial na escola**. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007. p. 39-57. (Sempre Negro; v.2)

ASSIS, M. I. de. Mulheres negras: lembranças do vivido e sentido. In: CARVALHO, M. P. de; PINTO, R. P. (Org.). **Mulheres e desigualdades de gênero**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 97-113. (Série justiça e desenvolvimento/ IFP-FCC)

AUAD, D. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 106 p.

AZEVEDO, A. M. **Expressões culturais da Diáspora no Atlântico sul através da música**. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional: Ensino da História e Cultura da África e da Diáspora, 09 a 12 de novembro de 2009, Brasília, Brasil.

AZEVEDO, C. M. M. de. “O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro”. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, N. 30, dez.,1996. p. 151-162.

BACELAR, J. Modernização e a cultura dos negros em Salvador. In: SAMARA, E. de M. (Org.). **Racismo e racistas: trajetória do pensamento racista no Brasil**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. p. 63-77. (Cursos e Eventos: Nova Série n. 2)

BAIROS, L. III conferência mundial contra o racismo. **Estudos Feministas**, ano 10, Florianópolis, p.169, jan. 2002.

BARBIANI, R. A cidadania e os cidadãos: desafios para o pensamento crítico contemporâneo. **Ser Social**, Brasília, n. 13, p. 131-146, jul./dez. 2003.

BARBOSA, A. de F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008. 357 p.

BARBOSA, L. M. A. (Org.). **De preto a afro-descendente: trajetórias de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2003. 345 p.

BARBOSA, S. C. T. **Identidade profissional de professores e desafios contemporâneos no ensino de inglês em cursos de idiomas**. Bahia, 2006, 132 p. (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

BARBOSA, V. M. M. Desigualdade de gênero e racial. In: **O negro no mercado de trabalho: projeto especial de qualificação social e profissional da população afro-brasileira**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004. p. 129-164.

BARR, E. “Impacto económico del racismo y sexismo sobre as mujeres afrodescendientes de América Latina e el CARIBE”. Disponível em: <http://issuu.com/infogenro/docs/pobreza_y_exclusi_n_de_los_publos_mujeres_afrod> Acesso em: 01/04/11.

BARREIRO, L. Reflexões sobre alternativas políticas contra a pobreza, as desigualdades e as discriminações. In: **Políticas de ajuste x políticas de inclusão: gênero e raça nas políticas públicas**. p. 91-97.

BARRETO, P. C. S. “Apoio à permanência de estudantes de escolas públicas e negros em universidades públicas brasileiras: as experiências dos projetos Tutoria e Brasil Afro-Atitude na UFBA”. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, Coleção Políticas da Cor, 2007. p. 137-154.

BARRETTO, V. Universalismo, multiculturalismo e direitos humanos. In: PINHEIRO, P. S.; GUIMARÃES, S. P. (Org.). **Direitos humanos no século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão, [199-?]. p. 369-386.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. S. P. Diferenças entre discriminação racial e por gênero e o desenho de políticas anti-discriminatórias. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 4, n.1, p. 183-193. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ. 1996.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Título original: Qualitative Researching with Text, Image and Sound: a Pratical Handbook.

BENEDITO, D. Juventude negra: trabalho, cultura, direitos humanos. In: **O negro no mercado de trabalho: projeto especial de qualificação social e profissional da população afro-brasileira**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004. p. 30-45.

BENTES, N. Um afro-negro teorema: impossível enfrentar o racismo sem desagradar racistas. In: Werneck, J. (Org.). **Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Criola, 2008. p. 61-74.

BENTO, M. A. “A institucionalização da luta anti-racismo e branquitude”. In: HERINGER, R. (Org.). **A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil**. Rio de Janeiro: IERÊ-IFCS/UFRJ, 1999. p. 11-30.

BENTO, M. A. S. A cor do silêncio. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003. p. 99-110. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação)

_____. A mulher negra no mercado de trabalho. **Estudos Feministas**, ano 03, n. 2 – Dossiê Mulheres Negras. Florianópolis, p. 479-488, jun/dez 1995.

_____. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 25-57.

_____. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 147-162.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 31. ed. Tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2009. 248 p.

BERNARDINO, J. Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto conhecimento. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Org.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 15-38. (Coleção Políticas da Cor)

BERNARDO, T. **Negras, mulheres e mães: lembranças de Olga de Alaketu**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2003. 194 p.

BERTULIO, D. L. L. “Ação afirmativa no ensino superior: considerações sobre a responsabilidade do Estado brasileiro na promoção do acesso de negros à universidade – o sistema jurídico nacional”. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. (Org.). **O negro na universidade: direito à inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 51 – 98.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. 3. ed. Tradução de Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. 395 p. Título original *The Location of Culture*. (Coleção Humanitas)

BHABHA, H. K. _____. Tradução de Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BLACKWELL, M. ; NABER, N. Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da conferência mundial contra o racismo para práticas feministas transnacionais. **Estudos Feministas**, ano 10, Florianópolis, p. 189-198, jan. 2002.

BLAJBERG, S. “As idiossincrasias raciais brasileiras na formulação das políticas públicas em vista da eliminação do *apartheid* na África do Sul”. In: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate ao racismo**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996. p. 35 – 44.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Título original: *L'età dei Diritti*.

_____. **Dicionário de política**. 13. ed. v. 1. Tradução Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. 674 p.

_____. _____. 13. ed. v. 2. Tradução Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. 656 p.

_____. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. Tradução Marcos Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 208 p. Título original: *Elogio della mitezza e altri scritti morali*.

BOBBIO, N. **Igualdade e liberdade**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997. Título Original: Eguaglianza e libertà.

BOGO, A. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 264 p.

BORGES, D. Dados sobre a cor e racismo no Brasil. In: RAMOS, S. (Org.). **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002. p. 110-119.

BORGES, E. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002. 80 p. (Espaço & debate)

BORGES, R. da S. O já-dito e o não-dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas. In: SILVA, C. da. (Org.). **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003. p. 233-255.

BORNHEIM, G. A. **O conceito de descobrimento**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 86 p.

BOSCHETTI, I. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. 280 p.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 412 p.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, A. “Introdução: avaliando as experiências e reforçando o caminho das ações afirmativas”. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 9-11. (Coleção Políticas da Cor)

BRANDÃO, A.; MATTA, L. G. “Avaliação da política de reserva de vagas na Universidade Estadual do Norte Fluminense: estudo dos alunos que ingressaram em 2003”. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 47-80. (Coleção Políticas da Cor).

BRANDÃO, A. A. P. **Miséria da periferia:** desigualdades raciais e pobreza na metrópole de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas Ed.; Niterói: PENESB, 2004.

BRANDÃO, A. A. P. Raça, democracia e indicadores sociais. In: OLIVEIRA, I. de. (Org.). **Relações raciais e educação:** novos desafios. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19-72. (Coleção políticas da cor)

BRANDÃO, C. F. **As cotas na universidade pública brasileira:** será esse o caminho? Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção polêmicas do Nosso tempo, 92).

BRETON, R. J. L. **As etnias.** Tradução M. Filomena Costa Pereira. Porto : Rés, [2000?]. 158 p. Título original Les Ethnies.

BUNCHRAFT, A. F. **A identidade do trabalhador cooperado em uma organização popular e solidária de trabalho:** o caso da cooperativa de mulheres do parque São Bartolomeu, Salvador, Bahia. Bahia, 2004, 192 p. Monografia (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

CALDWELL, K. L. Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil. In: **Gênero**, Niterói, v.8, n.1, p. 53-69, 2. Sem. 2007.

CAMPOS, A. de O. “Afro-descendência” e a superação de “velho” conceito de raça: a construção da identidade politicamente compartilhada”. In: GONÇALVES, M. A. R. **Educação, cultura e literatura afro-brasileira:** contribuições para a discussão racial na escola. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007. p. 79-108.

CANTO, V. dos S. As cotas para negros no ensino superior e o biopoder. **Revista Global Brasil**, n. 12, 2010. Disponível em: <http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=370>.

CARNEIRO, M. L. T. **O racismo na história do Brasil:** mito e realidade. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1999. (História em Movimento)

CARNEIRO, M. L. T. **Preconceito racial: Portugal e Brasil-Colônia**. São Paulo: editora brasiliense, 1983. 287 p.

_____. _____. São Paulo: Editora brasiliense, 1988.

CARNEIRO, S. Ennegrecer el feminismo la situación de la mulher negra em América Latina desde uma perspectiva de género. **Nouvelles Questions Féministes**, v. 24, n. 2, p. 21-26, 2005.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. 190 p. (Consciência em debate / coordenadora Vera Lúcia Benedito)

_____. **Estudos avançados**, v. 17, n.19, p. 117-132, 2003.

_____. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, ano 03, n. 2, Dossiê Mulheres Negras. Florianópolis, p. 544-552, jun/dez 1995.

_____. Ideologia tortuosa. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003. p. 117-122. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação)

_____. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, ano 17, n. 49, 2003.

_____. Prefácio. SILVA, Cidinha (Org.) In: **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. 2003, p.11-16.

_____. Raça, gênero e ações afirmativas. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Orgs.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 71-84. (Coleção Políticas da Cor)

_____. “A experiência do Geledés: SOS Racismo na tutela dos direitos de cidadania da população negra”. In: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate ao racismo**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996. p.133 – 145.

CARNEIRO, S.. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003. p. 49-57. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação)

CARONE, I. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 13-23.

CARVALHO, D. B. B. de; SILVA, M. O. da S. e. (Org.). **Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. 144 p.

CARVALHO, J. J. Ações afirmativas para negros e índios no ensino superior: as propostas dos NEABs. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. **Ações afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 191-203. (Coleção Políticas da Cor)

_____. de. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar, 2005.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 236 p.

CARVALHO, M. P. de; PINTO, R. P. (Org.). **Mulheres e desigualdades de gênero**. São Paulo: Contexto, 2008. (Série justiça e desenvolvimento/ IFP-FCC)

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 196 p.

CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Tradução Dinah Kleve. São Paulo: Summus, 2000. 598 p. Título original: Dictionary of race and ethnic relations.

CASTEL, R. Os marginais na história. **Ser Social**, n. 3, p. 54-66, jul./dez, 1998.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530p. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

CASTRO, E. da C. **Negros no ensino superior: cor e trajetória escolar de alunos negros dos cursos de medicina, nutrição e enfermagem da UFMT**. GT Afro-brasileiro e Educação. s/d.

CASTRO, N. A.; BARRETO, V. S. (Org.). **Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador**. São paulo: Annablume, A cor da Bahia, 1998. 218 p.

CELLARD, A. A análise documental. : In **A pesquisa qualitativa: enfoques epidemiológicos e metodológicos** / tradução de Ana Cristina Nasser. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2008. – (Coleção Sociologia) Título original: La recherche qualitative. p. 295-316.

CÉSAR, R. C. L. “Políticas de inclusão no ensino superior brasileiro: um acerto de contas e de legitimidade”. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 13-34. (Coleção Políticas da Cor)

_____. **Questões jurídicas do sistema de reserva de vagas na universidade brasileira: um estudo comparado entre a UERJ, a UNB e a UNEB**. Rio de Janeiro: Série Ensaio & Pesquisas, n. 2, 2004.

CHARTIER, R. (Org.). **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 625 p. Título original: Histoire de la vie privée – v.3: De la Renaissance aux Lumières.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, M. de S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 2. ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1981. (Coleção Contemporânea).

CHAVES, E. S. **O Racismo na trajetória escolar e profissional de professoras universitárias**. 2006. 378 p. Monografia (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

CHIAVENATO, J. J. **O negro no Brasil**: da senzala à Guerra do Paraguai. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

CHRISTIAN, B. A disputa de teorias. **Estudos Feministas**, ano 10, Florianópolis, p. 85-96, jan. 2002.

CITTADINO, G. “Invisibilidade, Estado de Direito e política de reconhecimento”. **O Social em Questão**, v. 10, n. 10, p. 81-97. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da PUC-RJ. 2003.

COLLINS, P. H. Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana. In: **Gênero**, Niterói, v.8, n.1, p. 27-52, 2. Sem. 2007.

CONCEIÇÃO, F. “Mordendo um cachorro por dia: no Brasil a mídia retrata a imagem do negro com três ‘lil’: lúgubre, lúdico e luxurioso”. In: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate ao racismo**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996. p. 253 – 259.

CONCEIÇÃO, W. da S.; CUNHA, N. V. da. Trajetórias de jovens de periferia rumo à carreira universitária: mobilidade social, identidades e conflitos. In: **Revista O Social em Questão**, v. 22, n. 23, p. 93-112. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da PUC-RJ. 2010.

CONTINS, M.; SANTA’ANA, L. C. O movimento negro e a questão da ação afirmativa. **Revista Estudos Feministas**, vol. 4, n.1, p. 209-220. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ. 1996.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (1965). In: **As mulheres e a legislação contra o racismo**. Rio de Janeiro: Cepia, 2001. p. 123- 138. (Coleção: Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero, n. 4.)

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER. In: **As mulheres e a legislação contra o racismo**. Rio de Janeiro: Cepia, 2001. p. 139-155. (Coleção: Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero, n. 4.)

CONVENÇÕES DA OIT. In: **As mulheres e a legislação contra o racismo**. Rio de Janeiro: Cepia, 2001. p. 167-194. (Coleção: Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero, n. 4.)

CORDEIRO, M. J. J. A. “Três anos de efetiva presença de negros e indígenas cotistas nas salas de aula da UEMS: primeiras análises. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). **Cotas raciais no Brasil**: a primeira avaliação. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 81-114. (Coleção Políticas da Cor)

CORREA, A. Territorialidade e simbologia: o corpo como suporte sógnico, estratégia do processo indetitário da irmandade da boa morte. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreliar/pdf/13_Aureanice_de_Melo_Correa.pdf> Acesso em: 01/04/11.

CORREIA, M. C. M. **Formações familiares negras**: vozes de gerações de mulheres. Salvador – 1920 a 1970. São Paulo, 1999, 199 p. (Mestrado Interinstitucional em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. In: **Gênero**: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero-NUTEG, Niterói, v.5, n.2, p. 9-35, 1. Sem. 2005.

COSTA, C. ; ÁVILA, E. Glória anzaidúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): 320, p. 691-703 set. / dez. 2005.

COSTA, E. V. da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008. 142 p.

COSTA, G. Homens brancos são maioria dos transplantados. Negros e mulheres têm menos acesso a cirurgias, segundo Ipea. **Agência Brasil**, 08 jul. 2011. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-07-08/homens-brancos-sao-maioria-dos-transplantados-negros-e-mulheres-tem-menos-acesso-cirurgias-segundo-ip>.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. 282 p. (Biblioteca de filosofia e história das ciências; v. n. 5)

COURIEL, O. Identidades e o essencialistas o construccion de identidades politicas: el dilema de las feministas negras COURIEL, O, FALQUET, J. e NASSON, S. (Orgs.) In *Feminismos disidentes em America Latina y el Caribe*. Nouvelles Questions Feministes. v. 24, n. 2, 2005. Edición Especial em Castellano.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, Florianópolis, p. 171-195, 2002.

CUNHA JR, H. “As estratégias de combate ao racismo. Movimentos negros na escola, na universidade e no pensamento brasileiro”. In: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate ao racismo**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996. p. 147 – 156.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 151-204. (Coleção Historial).

CURIEL, O. ; FALQUET, J. ; MASSON, S. **Feminismos disidentes en América Latina y el Caribe**, 2005. Disponível em <:www.creatividadfeminista.org> Acessado em: 01/04/11.

CURIEL, O. ; FALQUET, J. ; MASSON, S. **Identidade essencialistas o construccion de identidades politicas: el dilema de las feministas negras**. Net, Rio de Janeiro, abr. 2003. Disponível em: <http://www.creatividadfeminista.org/articulos/femi_2003_negras.htm> Acesso em: 01/04/11.

D'ADESKY, J. A ideologia da democracia racial no limiar do anti-racismo universalista. In: APARECIDA, M.; SALGUEIRO, A. (Org.). **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 141-159.

D'ADESKY, J. **Anti-racismo, liberdade e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Dautt, 2006. 119 p.

_____. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. 248 p.

DAGNINO. Evelina et al. Por uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América latina. DAGNINO. Evelina et al (Orgs) In **Disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra: Campinas-São Paulo: Unicamp. 2002. p.13-91.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** 12. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. 126 p.

DATASENADO. **Educação Pública no Brasil**: pesquisa de opinião pública nacional. jun/jul. 2011. 18 p. Disponível em:
www.senado.gov.br/noticias/datasenado

DÁVILA, J. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil - 1917-1945. Tradução Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 400 p.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Cad. CEAS**, n. 210- mar./abr. 2004.

_____. Viver e continuar lutando. In: WERNECK, J. (Org.). **O livro de saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. 2. ed. Tradução Maisa Mendonça; Marilena Agostini e Maria Cecília MacDowell dos Santos. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2002. p. 68-72. Título original: The Black Women's Health Book.

DAVIS, D. J. **Afro-brasileiros hoje**. Tradução Felipe Lindoso. São Paulo: Summus, 2000. Título original Afro-Brazilians.

De usuários em tratamento. Bahia, Universidade Federal da Bahia. Departamento de Psicologia. 2007. Dissertação de mestrado.

DEL PRIRE, M. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: Contrasto, 2000.

DEMANT, P. Direitos para os excluídos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 343-383.

DEMO, P. Exclusão social – categorias novas para realidades velhas. In: **Ser Social**, n. 3, p. 9-54, jul./dez, 1998.

_____. Impasse neoliberal. In: **Ser Social**, Brasília, n. 13, p. 9-52, jul./dez. 2003.

DESCHAMPS, J. C. **A identidade em psicologia social**: dos processos identitários às representações sociais. Tradução Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 198 p. (Coleção psicologia Social). Título original L'identité en psychologie sociale: des processus identitaires aux représentations sociales.

_____. A identidade pessoal versus identidade social. In: DESCHAMPS, J. C. **A identidade em psicologia social**: dos processos identitários às representações sociais. Tradução Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 62-75. (Coleção psicologia Social). Título original L'identité en psychologie sociale: des processus identitaires aux représentations sociales.

_____. A semelhança e a diferença. In: DESCHAMPS, J. C. **A identidade em psicologia social**: dos processos identitários às representações sociais. Tradução Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 17-27. (Coleção psicologia Social). Título original L'identité en psychologie sociale: des processus identitaires aux représentations sociales.

DESCHAMPS, J. C. O aporte das representações à problemática da identidade. In: DESCHAMPS, J. C. **A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais**. Tradução Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 76-80. (Coleção psicologia Social). Título original L'identité em psychologie sociale: des processus identitaires aux représentations sociales.

DESLAURIES, J. A indução analítica: In **A pesquisa qualitativa: enfoques epidemiológicos e metodológicos** / tradução de Ana Cristina Nasser. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2008. – (Coleção Sociologia) Título original: La recherche qualitative. p. 337-352.

DESLAURIES, J.; KÉRISIT, M. O dilema de pesquisa qualitativa: In **A pesquisa qualitativa: enfoques epidemiológicos e metodológicos** / tradução de Ana Cristina Nasser. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2008. – (Coleção Sociologia) Título original: La recherche qualitative. p. 127-153.

DIAS, L. R. Cabelos crespos, gênero e raça: práticas pedagógicas de combate ao racismo na educação infantil. In: CARVALHO, M. P. de; PINTO, R. P. (Org.). **Mulheres e desigualdades de gênero**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 191-208. (Série justiça e desenvolvimento/ IFP-FCC)

DIEESE. A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação. In: **Estudos e Pesquisas**, ano II, n.14, 8 p., Nov. 2005.

DIEESE; PED. As características do trabalho doméstico remunerado no mercados de trabalho metropolitano. In: **A mulher nos mercados de trabalho metropolitanos**. Mar. 2010. 14 p.

DIJK, T. A. Van. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e a participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

D'SOUSA, R. As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da “globalização”. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 145-171.

DUARTE, M. J. de O. Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 5-24, jan./mar. 2010.

DUBAR, C. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 292 p. Título original: La crise des identités: l'interprétation d'une mutation.

DUNN, L. C. “Raça e biologia”. In: **Raça e ciência II**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.7 -56.

DUSSEL, E. 1492. **O encobrimento do outro. A origem do mito da modernidade**. Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. C. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1993. 196 p.

_____. Meditações Anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 341-395.

DUVEEN, G. A construção da alteridade. In: ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 83-108.

ESTANILAU, L. **Feminino plural**: negras do Brasil. FONSECA, Maria (org.) Belo Horizonte, Brasil afro-brasileiro, 2000, p.213- 227.

FAGUNDES, A.; GOMES, F. “‘Idiossincrasias cromáticas’: projetos e propostas de ‘imigração negra’ no Brasil republicano”. In: GONÇALVES, M. A. R. (Org.). **Educação, cultura e literatura afro-brasileira**: contribuições para a discussão racial na escola. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007. p. 51-78.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Tradução Enilce Albergaria Rocha; Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. 376 p. (Coleção Cultura, v. 2)

FENTON, S. **Etnicidade**. Tradução Joana Chaves. Lisboa: Stória Editores, 2003. Título original: Ethnicity. (Coleção Epistemologia e Sociedade)

FERES JR, J.; ZONINZEIN, J. **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 33).

FERREIRA, R. F. **Afro-descendente: identidade em construção**. Rio de Janeiro; São Paulo: Pallas, 2000.

FIGUEIRA, V. M. O preconceito racial na escola. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 18, maio de 1990. p. 63-72.

FIGUEIREDO, A. **Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador**. São Paulo: Annablume/Sociedade Brasileira Instrução/Centro de Estudos Afro- Asiáticos, 2002.117 p.

FIGUEIREDO, L. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Prefácio Laura de Mello Sousa. Rio de Janeiro: José Olimpio; Brasília, DF: Edunb, 1993. 249 p.

FLAUSINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 186 p.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Tradução Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2004. 312 p.

FONSECA, D. J. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009. 140 p. (Consciência em debate / coordenada por Vera Lúcia Benedito)

FONTOURA, M. C. L. População negra brasileira e educação. In: **Políticas de ajuste x políticas de inclusão: gênero e raça nas políticas públicas**. p. 99-108.

FRANKLIN, J. H. **Raça e história: ensaios selecionados (1938-1988)**. Tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FRANZ, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da redistribuição na era pós- socialista. In: SOUZA, J. (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 245-282.

FREIRE, N. Percepções sobre os direitos humanos das mulheres. In: VENTURI, G. (Org.). **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p. 101-113.

FREIRE, S. de M. (Org.). **Direitos humanos e questão social na América Latina**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009. 230 p.

FREITAS, D. **Escravos e senhores de escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 176 p. (Série Novas perspectivas, 4)

_____. **Palmares: a guerra dos escravos/Décio Freitas.- 4. ed.** – Rio de Janeiro: Edição Graal, 1982.

FRENETTE, M. **A cor da infância**. Caros Amigos. n. ° 26, p. 26, mai. 1999.

FRIAS, LENA. **O grande encontro**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 31 mai. 1999.

GALDINO, D.; PEREIRA, L. S. Acesso à universidade: condições de produção de um discurso falacioso. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Orgs.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 157-172. (Coleção Políticas da Cor)

GARCIA, A. dos S. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 544p.

GARCIA, A. **Mulheres da cidade d' Oxum: relações de gênero, raça e classe e organização espacial do movimento de bairro em Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2006. 256 p.

GARCIA, J. “Desconstrução, transformação e construção de novos cenários das práticas da afro-americanidade”. In: OLIVEIRA, I. de. (Org.). **Relações raciais e educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 7 – 18.

GARCIA, R. C. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira, 2007. 111 p.

GENNARI, E. **Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 152 p.

GILROY, P. **Entre campos: nações, cultura e o fascínio da raça**. Tradução Célia Maria Marinho de Azevedo et al. São Paulo: Annablume, 2007. 416 p.

GILROY, P. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. 432 p.

GIORGI, A. Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanistas: teoria, prática e avaliação: In **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos** / tradução de Ana Cristina Nasser. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2008. – (Coleção Sociologia) Título original: La recherche qualitative. p. 386-409.

GOLDINHA, T. **Traços da violência praticada por mulheres brancas contra mulheres negras no período escravocrata, em fazendas no estado de Goiás**. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/t/tereza_martins_goldinho_18.pdf Acesso em: 27/09/2009.

GOMES, C. M. A mulher negra no modernismo. **Revista Fórum Identidades**. Ano 3, v. 6, jul-dez. 2009. p. 86-95.

GOMES, F. A nitidez da invisibilidade: experiências e biografias ausentes sobre raça no Brasil republicano. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 49-67.

GOMES, F. dos S. Sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 447-467.

GOMES, H. T. **As marcas da escravidão**: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. 240 p.

GOMES, J. B. B. **Ação afirmativa e o princípio constitucional da igualdade**: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, J. O debate constitucional sobre ações afirmativas. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (Org.). **Ações afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15-57. (Coleção Políticas da Cor)

GOMES, N. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.

GOMES, N. L. **A mulher negra que vi de perto**. 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995. 200 p.

_____. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação”. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll ActionAid, 2009. p. 39-74.

_____. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**. Set./out./nov./dez. 2002, n. 21.

GONÇALVES, L. A. O. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 325-346. (Coleção Historial).

GONDRA, J. G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 519-550. (Coleção Historial)

GOUVEIA, T.; CAMURÇA, S. **O que é gênero?** Recife: Cadernos SOS Corpo, 2. ed. v. 1. Maio de 1999. 34 p.

GRADEN, D. T. Uma lei...até de segurança pública: resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil (1835 – 1856). **Estudos Afro- Asiáticos**, n. 30, dez.,1996. p. 113 – 149.

GROULX, L. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social: In **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos** / tradução de Ana Cristina Nasser. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2008. – (Coleção Sociologia) Título original: La recherche qualitative. p. 95-124.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO AFRICANO DO CEAA. “Notas sobre o pensamento de Frantz Fanon”. In: **Estudos Afro- Asiáticos** N. 5, 1981. p. 5 – 39. – (Cadernos Candido Mendes)

GUARESCHI, P. Alteridade e relação: uma perspectiva crítica. In: ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 149-162.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L.. “Ações Afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos”. In: **Psicologia e Sociedade**, v. 19, n.2, p. 70-78, maio/ago. 2007.

GUIMARÃES, A. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 247-268, mar. 2003.

GUIMARÃES, A. S. A. “Novas inflexões ideológicas no estudo do racismo no Brasil”. In: ZONINSEIN, J.; JUNIOR, J. F. (Org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 175-192.

GUIMARÃES, A. S. A. Ações afirmativas para a população negra nas universidades brasileiras. In: SANTOS, R. E. dos; LOBATO, F. (Org.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 75-82. (Coleção Políticas da Cor)

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002. 232 p.

_____. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. São Paulo: Cortez, 2008. (Preconceitos; v. 6) 144 p.

_____. **Racismo e anti- racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999. 256 p.

GUIMARÃES, M. A. **No meio do caminho tinha uma discriminação, tinha uma discriminação no meio do caminho: o potencial transformador das cotas raciais**. Cuiabá: EdUFMT, 2010. 114 p. (Coletânea educação e relações raciais)

GUIMARÃES, R. “A dimensão afirmativa das ações: uma perspectiva analítica e a experiência do PVNC”. **O Social em Questão**, v. 10, n. 10, p. 116-134. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da PUC-RJ. 2003.

GUIMARÃES, R. da S. Considerações sobre um passado presente: o racismo no Brasil. **Revista O Social em Questão**, v. 15, n. 15, p. 28-44. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da PUC-RJ. 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. 108 p. Título original: The question of cultural identity

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organizado por Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardiã Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 410 p. (Humanitas)

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. da S.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 103-133.

HANCHARD, M. “Cinderela negra?: raça e esfera pública no Brasil”. In: **Estudos Afro- Asiáticos**, N. 30, dez.,1996. p. 41 -59.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Título Original: Race relations in post-abolition Brazil: the smooth preservation of racial inequalities. (Bibliografia de Ciências Sociais: Série Sociologia; v. n. 10)

HASENBALG, C. A; SILVA, N. do V. **Estrutura social, mobilidade e raça**, São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. (Grande Brasil, Veredas; v. 7)

HASENBALG, C. A; SILVA, N. do V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 18, maio, 1990. p. 73-91.

HENRIQUES, R . Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. IPEA, **Texto para discussão** n. 807, jul, 2001.

_____. Silêncio – o canto da desigualdade racial. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003. p. 13-17. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação)

HERINGER, R. (Org.). **A cor da desigualdade**: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil. Rio de Janeiro: IERÊ-IFCS/UFRJ, 1999. 129 p.

_____. “Desigualdades raciais e ação afirmativa no Brasil: reflexões a partir da experiência dos EUA”. In: HERINGER, R. (Org.). **A cor da desigualdade**: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil. Rio de Janeiro: IERÊ-IFCS/UFRJ, 1999. p. 39-86.

_____. **O que falta a esquerda**. s/d.

HERINGER, R. Visões sobre as políticas de ação afirmativa. In: SANTOS, G.; SILVA, M. P. da. (Org.). **Racismo no Brasil**: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 55-62.

_____. “Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: um balanço do período 2001 - 2004”. In: FERES, J.; ZONINSEIN, J. (Org.). **Ação afirmativa e universidade**: experiências nacionais comparadas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. p. 79 – 109.

HERINGER, R; FERREIRA, R. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001 - 2008. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org). **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll ActionAid, 2009. p.137– 194.

HOFBAUER, A. Raça, cultura e identidade e o “racismo à brasileira”. In: BARBOSA, L. M. A. (Org.). **De preto a afro-descendente**: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2003. p. 51-70.

_____. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 453 p.

HONNETH, A. democracia como cooperação reflexiva. John Dewey e a teoria democrática hoje”. SOUZA, J. (Org.). In **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 63- 92.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, ano 03, n. 2 – Dossiê Mulheres Negras. Florianópolis, p. 464-478, jun/dez 1995.

_____. Vivendo de amor. In: WERNECK, J. (Org.). **O livro de saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. 2. ed. Tradução Maisa Mendonça; Marilena Agostini e Maria Cecília MacDowell dos Santos. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2002. p. 188-198. Título original: The Black Women’s Health Book.

IANNI, O. **Escravidão e racismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1988. 190 p.

ILÊ AIYÊ. Projeto de extensão pedagógica. **África ventre fértil do mundo**. Salvador, 2001. v. IX. (Cadernos de Educação do Ilê Aiyê)

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Cotas raciais: por que sim?** 3. ed. Rio de Janeiro: Ibase, 2008.

IPEA; UNIFEM; SPM. **Retrato das desigualdades de gênero e raça: análise preliminar dos dados**. 3. ed. Brasília: 2008. p. 1-15.

JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 131- 166.

_____. (Org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos**. Brasília: Ipea, 2009. 233p.

_____. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 45-64.

JACCOUD, L.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 254-294. Título original: La recherche qualitative. (Coleção Sociologia).

JACCOUD, L.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008. p. 254-294. (Coleção Sociologia) Título original: La recherche qualitative. Vários autores.

JAHODA, M. “Relações raciais e saúde mental”. In: **Raça e ciência II**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.233 – 278

JARDIM, S.R.M.; ABRAMOWICZ, A. **Tendências da produção paulista sobre gênero e educação**: um balanço de dissertações de mestrado. RBGV. v. 2, n.3. p.93-117, mar. 2005

JODELET, D. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 47-68.

JOFFE, H. Degradação, desejo e “o outro”. In: ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 109-128.

JOVCHELOVITCH, S. Re(des)cobrimdo o outro – Para um entendimento da alteridade na Teoria das representações sociais. In: ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 69-82.

JUNIOR, H. S. “Ação afirmativa para negros(as) nas universidades: a concretização do princípio constitucional da igualdade”. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Org.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 99-114.

JUNIOR, J. F.; JONINSEIN, J. “A consolidação da ação afirmativa no ensino superior brasileiro.” In: ZONINSEIN, J.; JUNIOR, J. F. (Org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 9-34.

KAMEL, A. **Não somos racistas**: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 143 p.

KI-ZERBO, J. **Para quando África?** entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro.

KLEIN, N. “A fábrica descartada”. In **Sem Logo**: A tirania das marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro: Record, 2006.

KLINEBERG, O. “Raça e psicologia”. In: **Raça e ciência II**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.195 – 231.

LADSON-BILLINGS, G. Discursos racializados e epistemologias étnicas. In: DENZIN, N. K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 259-279.

LAPERRIÈRE, A. A teorização (grounded theory) : procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares: In **A pesquisa qualitativa: enfoques epidemiológicos e metodológicos** / tradução de Ana Cristina Nasser. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2008. – (Coleção Sociologia) Título original: La recherche qualitative. p. 353-385.

_____. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos: In **A pesquisa qualitativa: enfoques epidemiológicos e metodológicos** / tradução de Ana Cristina Nasser. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2008. – (Coleção Sociologia) Título original: La recherche qualitative. p. 410-436.

LEITE, C. **Trajetória de mulheres negras: vida escolar e profissão**. 2007. Disponível em: <<http://www.Ipp-uerj.net/olped/documentos/0767.pdf>> Acesso em: 20/06/2007.

LEMO, M. T. T. B. **Alberto Torres: contribuições para o estudo das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: Quartet Editora e Comunicação, 1995. 164 p.

LEMO, R. de O. A face negra do feminismo: problemas e perspectivas. In: WERNECK, J. (Org.). **O livro de saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. 2. ed. Tradução Maisa Mendonça; Marilena Agostini e Maria Cecília MacDowell dos Santos. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2002. p. 62-67. Título original: The Black Women's Health Book.

LEMO, R. de O. **Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, UFRJ. 1997. Dissertação de mestrado.

LIBERAC A.; PIRES, C. S. Associações de homens de cor: imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1937). In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 69-89.

LIMA, A. C. S. “Educação superior para indígenas no Brasil – sobre cotas e algo mais”. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 253-279. (Coleção Políticas da Cor)

LIMA, M. E. O.; PEREIRA, M. E. (Org.) **Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas**. Salvador: EDUFBA, 2004. 300 p.

LIMA, M. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. **Estudos Feministas**, ano 03, n. 2 – Dossiê Mulheres Negras. Florianópolis, p. 489-494, jun/dez 1995.

LIMA, O. Formação histórica da nacionalidade brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 296 p.

LIMA, T. S. de. Domésticos, servos e criados: trabalho doméstico no Recife do século XIX. **Revista ALPHA**, ano 10, n. 10. Patos de Minas: UNIPAM, dez. 2009. p. 119-129.

LOBATO, F. **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 157-184. (Coleção Políticas da Cor)

LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 608 p. (Coleção Historial)

LOPES, F. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(5): 1595-1601, set /out, 2005.

LOPES, F.; MAGALHÃES, A. F. Saúde, direitos humanos e cidadania no Brasil. In: VENTURI, G. (Org.). **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p. 219-227.

LOPES, L. P. da M. A vida sociocultural em construção: interação, situacionalidade, alteridade e ética. In: PEREIRA, M. das G. D.; BASTOS, C. R. P.; PEREIRA, T. C. (Org.). **Discursos socioculturais em interação**: interface entre a narrativa, a conversação e a argumentação: navegando nos contextos da escola, saúde, empresa, mídia, política e migração. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 11-20.

LOPES-PENHA, V. “Universitários Cotistas: de alunos à bacharéis”. In: ZONINSEIN, J.; JUNIOR, J. F. (Org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 105-133.

LOVELL, P. A. Raça e gênero no Brasil. In: **Lua Nova** – Revista de cultura e Política, n. 35, p. 39-71, 1995. (Desigualdades)

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Tradução Juarez Guimarães; Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Busca Vida, 1987. 210 p.

LOWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1988. 112 p.

LUZ, M. A. Dos tumbeiros às fábricas. Dos quilombos à comunidade africano-brasileira. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 91-103.

MACHADO, E. A. “Pensamento social brasileiro: algumas notas”. In: GONÇALVES, M. A. R. (Org.). **Educação, cultura e literatura afro-brasileira**: contribuições para a discussão racial na escola. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007. p. 129-153.

MACHADO, E. A. Democracia racial e racismo á brasileira em tempos de ação afirmativa: a visão dos estudantes do estado do Rio de Janeiro. **Revista O Social em Questão**, v. 22, n. 23, p. 43-71. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da PUC-RJ. 2010.

MACHADO, E. A. **Desigualdades “raciais” e ensino superior: um estudo sobre a introdução das “leis de reserva de vagas para egressos de escolas públicas e cotas para negros, pardos e carentes” na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2000-2004)**. Rio de Janeiro, 2004. Monografia (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MACHADO, J. A dimensão racial da pobreza. In: **Políticas de ajuste x políticas de inclusão: gênero e raça nas políticas públicas**. p. 52-63.

MAINARDI, Diogo. **Onde estão os negros?** Veja, p. 163, abr 1999.

MANIFESTO DOS ARTISTAS NEGROS. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (Org.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 157-184. (Coleção Políticas da Cor)

MARCOVITCH, J. “Prefácio”. In: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e Políticas de Combate ao Racismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996. p. 15 – 16.

MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa; 1)

_____. **Serviço social: identidade e alienação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 165 p.

MARTINS, S. da S. Ação afirmativa e desigualdade racial no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, vol. 4, n.1, p. 202-208. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ. 1996.

MATTOS, W. R. de. “Cotas para afro-descendentes na Universidade do Estado da Bahia: uma breve exposição comentada”. In: FERES JUNIOR; ZONINSEIN, J. (Org.). **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. p. 167 – 182.

MATTOS, W. R. de. Inclusão social e igualdade racial no ensino superior baiano – uma experiência de ação afirmativa na Universidade do Estado da Bahia (Uneb). In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Org.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 189-216. (Coleção Políticas da Cor)

_____. **Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis** (Salvador, 1850 -1888). Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008. 206 p.

MEDEIROS, C. A. “Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso”. In: APARECIDA, M.; SALGUEIRO, A. (Org.). **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 163-186.

_____. **Na lei e na raça: legislação e relações, Brasil – Estados Unidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 176 p. (Coleção Política da Cor)

MEDEIROS, C.; EGHERRI, I. R. (Coord.). **História e cultura afro-brasileira e africana na escola**. Brasília: Agência Cooperação em Advocacy, 2008. 232 p.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 78 p.

MENDONÇA, R. F. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. **Rev. Sociol. Polít**, Curitiba, 29, p.169-185, nov.2007. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/article/viewfile/13708/9236>.

MENEGHEL, S.; FARINA, O. ; ROMÃO, S. Histórias de resistência de mulheres negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): 320, p. 567-583, set. / dez. 2005.

MIBAYA, E. R. “Estratégias e políticas de combate às práticas discriminatórias na Alemanha”. In: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate ao racismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996. p. 59 – 74.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Declaração de Durban e Plano de Ação**. III CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. Tradução e edição em língua portuguesa pela Fundação Palmares. Brasília (DF), 2001.

MIOTO, R. C. T. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, I. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 130-148.

MIRANDA, C.; AGUIAR, F. L. de; PIERRO, M. C.(Org.). **Bibliografia básica sobre relações raciais e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MIRANDA, M; MAGALHÃES P. Reflexões a partir da agenda social. **Democracia viva**, n. 8, p. 54-61, jun. 2000.

MOEHLECKE, S. Propostas de ação afirmativas para o acesso da população negra ao ensino superior no Brasil. In: **Educação, racismo e anti- racismo**. Programa A Cor da Bahia/ Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador: Novos Toques, nº 4, 2000. p. 69- 96

MONTEIRO, S.; CECCHETTO, F. Cor, gênero e classe: dinâmicas da discriminação entre jovens de grupos populares cariocas. In: GUIMARÃES, N. A. (Org.). **Cadernos pagu**, Campinas - Universidade Estadual de Campinas, n. 32, p. 301- 329, jan./jun. 2009. (Revista semanal do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu)

MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 153 p.

MONTORO, C. C. Feminismo radical e o lugar da nova mestiça. In: HOLANDA, H. B. de.; CAPELATO, M. H. R. (Org.). **Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1999. p. 75-87. (América: raízes e trajetórias; v. 9).

MOORE, C. “Algumas considerações sobre a diversidade e identidade negra no Brasil. In: RAMOS, N. (Org.). **Diversidade na educação**: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação, Média e tecnológica, 2003. p 35-50.

_____. **A África que incomoda**: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2008. 224 p. (Coleção Repensando África, v. 1)

_____. **Racismo & sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza. Edições, 2007.

MORAES, M. **Ser humana**: quando a mulher está em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 96 p.

MORANT, G. M. “As diferenças raciais e seu significados”. In: **Raça e ciência II**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.57 - 106.

MORANT, N.; ROSE, D. Loucura, multiplicidade e alteridade. In: ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 129-148.

MOREIRA, D. Reflexões sobre mudança sócio-racial no Brasil. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003. p. 63-92. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação)

MOSCOVICI, S. **Os ciganos entre perseguição e emancipação**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 653-678, set./dez. 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 7. ed. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 404 p. Título original Social representations: explorations in social psychology.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática. Série fundamentos, 1988.

MOURA, D. O. Plano de metas para a integração social, étnica e racial na UnB – relato da comissão de implementação. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Org.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 217-228. (Coleção Políticas da Cor)

MÜLLER, M. L. R. “Professoras negras no Rio de Janeiro: história de um branqueamento”. In: OLIVEIRA, I. de. (Org.). **Relações raciais e educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 73 – 106

MUNANGA, K. Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 444-454.

_____. “A redemocratização de 1945 e a crise do mito de democracia racial: uma vista panorâmica”. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 131-140.

_____. “Apresentação”. In: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate ao racismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996. p. 11 – 13.

_____. “Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior”. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da (Org.). **O negro na universidade: direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 7 – 20.

MUNANGA, K. “O anti- racismo no Brasil”. In: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate ao racismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996. p. 79 – 94

_____. “Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas”. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 115-128.

MUNANGA, K. Educação e diversidade cultural. In: **Cadernos Penesb**, Niterói - EdUFF, n. 10, p. 37 - 54, janeiro de 2008/ junho de 2010.

_____. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986. p. 5-88. (Coleção Princípios) XEROX

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3 º, 2003, Rio de Janeiro.

_____. _____. In: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>. Acessado em: 29/10/2009.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: <http://www.acaolducativa.org.br/dwloads/09abodagem.br> Acesso em: 01/04/11

MUNANGA, K.; SANTOS, A. de L. dos. (Org.). **Cem anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil**. São Paulo: USP: Centro de Estudos Africanos: Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003.

NASCIMENTO, A. do. **Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas**: 120 anos de luta pela igualdade racial no Brasil. 2. ed. rev. e atual. Brasília: SEPPIR; FCP, 2009. 75 p.

NASCIMENTO, A. do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 2ª ed. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor Editor, 2002.

_____. **Thoth** / Informe de Distribuição Restrita do Senador Abdias do Nascimento. n. 1 (1997), janeiro / abril. Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1997. (PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75 / 97 DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE AÇÃO COMPENSATÓRIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA SOCIAL DO NEGRO).

NASCIMENTO, A. do. **Thoth** / Informe de Distribuição Restrita do Senador Abdias do Nascimento. n. 4 (1998), janeiro / abril. Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1998. (PROJETO DE AÇÃO COMPENSATÓRIA)

_____. _____. n. 6 (1998), setembro / dezembro. Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1998. (AÇÃO COMPENSATÓRIA)

NASCIMENTO, A. P. “Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? O pós-abolição no ensino de História. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 11-26

NASCIMENTO, E. L. (Org.). **A África na escola brasileira: Relatório do 1º Fórum Estadual sobre o ensino da história das civilizações Africanas na escola pública**. Fórum estadual sobre o ensino da história das civilizações africanas na escola pública. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Abdias do Nascimento, 1991.

_____. (Org.). **Sankofa: resgate da cultura afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-brasileiras (SEAFRO), Governo do Estado, 1994. v. 1.

_____. “Sankofa: significado e intenções” E. L. NASSCIMENTO (Org.) In **Sankofa: resgate da cultura afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-brasileiras (SEAFRO), Governo do Estado, 1994. v. 1.

_____. _____. Rio de Janeiro: Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-brasileiras (SEAFRO), Governo do Estado, 1994. v. 2.

_____. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003. 412 p.

NASCIMENTO, J. do. **Direitos humanos, culturalismo, multiculturalismo e as diversidades culturais**. Campo Grande: IDHMS, 2010. 172 p.

NÉSTOR, M. Mujeres indígenas em México: acción y pensamiento: construyendo otras mujeres em nosotras mismas. **Nouvelles Questions Féministes**, v. 24, n. 2, p. 41-53, 2005.

NETO, C. P. de S. “A constitucionalidade das cotas étnicas e sociais nas universidades brasileiras: jurisprudência e parâmetros de decisão”. In: ZONINSEIN, J.; JUNIOR, J. F. (Org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 303-328.

NETO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 50, ano XVII, abril 1996. p. 87-132.

NEVES, L. F. B. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

NEVES, P. S. da C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 20 n. 59 outubro/2005. 96 p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a06v2059.pdf>. Acesso em: 22 out. 2009.

NOGUEIRA, N. Representação e identidade no feminismo negro brasileiro. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/n/nubia_regina_moreira_05.pdf. Acesso em: 20/06/2007.

NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

OJO-ADE, F. **Negro: raça e cultura**. Tradução e coordenação de Ieda Machado Ribeiro dos santos. Salvador: EDUFBA, 2006. 272p. Título original: On black culture.

OLESEN, V. L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, N. K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 219-257.

OLIVEIRA, C. A. B. de. **Doces Bárbaros**: um estudo sobre construções de identidades baianas. 2005. Xx p. Monografia (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. 2005.

_____. **Doces e bárbaros**: um estudo sobre construções de identidades baianas. Bahia, 2005, ? p. Monografia (Mestrado em Ciência Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, E. H. P. de. Pelo direito de sonhar o futuro. In: SILVA, C. da. (Org.). **Ações afirmativas em educação**: experiências brasileiras. São Paulo: Summus, 2003. p. 155-166.

OLIVEIRA, F. **Saúde da população negra**: Brasil 2001. Brasília: Organização Pan- Americana da Saúde, 2003.

OLIVEIRA, I. de. A prática pedagógica de especialistas em relações raciais e educação. In: OLIVEIRA, I. de. (Org.). **Relações raciais e educação**: novos desafios. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 107 – 143.

OLIVEIRA, J. Espaço aberto. [S.I.:s.n.], 2000.

OLIVEIRA, L. O. A. **Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas**: representações de branquitude entre indivíduos brancos. Bahia, 2007, 137 p. (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, R. **O despreparo**: um argumento que impede o acesso dos jovens negros à universidade. In: aprovados cursinho pré-vestibular e população negra. Ed. Selo Negro.

OLIVEIRA, R. C. de. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006. 258 p.

OLIVEIRA, R. F. de. **O trabalho do assistente social na educação superior**: uma experiência na assistência estudantil, limites e possibilidades. 2010. 47 p. Monografia (Especialização em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais) – Faculdade de Serviço Social, UNB, Brasília, 2010.

OSÓRIO, R. G. Ações afirmativas no Brasil: experiências recentes. In: **Políticas de ajuste x políticas de inclusão: gênero e raça nas políticas públicas**. p. 109-124.

OSORIO, R. G. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 65- 96.

_____. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Org.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 85-135. (Coleção Políticas da Cor)

PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da. (Org.). **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília. DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. 160 p.

_____.; SILVA, M. N. da. Introdução. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da. (Org.). **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília. DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 1-6.

PAIM, S. P. Estatuto da igualdade racial. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (Org.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 157-184.(Coleção Políticas da Cor)

PAIVA, A. M. de R. Direitos, desigualdade e acesso à universidade. In: **Revista O Social em Questão**, v. 22, n. 23, p. 15-42. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da PUC-RJ. 2010.

PAIVA, A. R. (Org.). **Notícias e reflexões sobre discriminação racial**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2008. 112p.

PAIXÃO, M.; CARVANO, L. M. **Oficina de indicadores sociais (ênfase em relações raciais)**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Instituto de Economia; LAESER, 2007.

PAIXÃO, M. de P. “A santa aliança: estudo sobre o consenso crítico as políticas de promoção da equidade racial no Brasil”. In: ZONINSEIN, J.; JUNIOR, J. F. (Org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 135-174.

PAIXÃO, M. J. P. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Coleção Políticas da Cor.

_____. _____. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Crítica da razão culturalista**: relações raciais e a construção das desigualdades sociais no Brasil. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Ciências Humanas: sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

PAIXÃO, M. J. P. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PAMPLONA, M. A. (Org.). **Escravidão, exclusão e cidadania**. Rio de Janeiro: Access, 2001. 164 p.

PENHA-LOPES, V. “Iniciativas de ação afirmativa e diversidade na educação superior no Estados Unidos: comentário ao artigo de Paulette G. Russell”. In: FERES JUNIOR; ZONINSEIN, J. (Org.). **Ação afirmativa e universidade**: experiências nacionais comparadas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. p. 227 – 231.

_____. Raça, inclusão social e globalização. In: GONÇALVES, M. A. R. (Org.). **Educação, arte e literatura africana de língua portuguesa**: contribuições para a discussão da questão racial na escola. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007. p. 159-198. (Sempre Negro; v.2)

PEREIRA, J. Racismo à brasileira. MUNANGA, Kabengele (Org.) In: **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**, 1996. p. 75-79.

PERROT, M. (Org.). **História da vida privada:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução Denise Bottmann; Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 620 p. Título original: Histoire de la vie privée – vol.4: De la Révolution à la Grande Guerre.

PESSANHA, M. M. de J. O negro na confluência da educação e da literatura. In: OLIVEIRA, I. de. (Org.). **Relações raciais e educação:** novos desafios. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 145 – 172.

PETRUCELLI, J. L. **A cor denominada:** estudos sobre a classificação étnico-racial. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. 158 p.

PINHO, O. “A produção da raça, teoria e prática: a gestão do corpo e do conhecimento”. In: GONÇALVES, M. A. R. (Org.). **Educação, cultura e literatura afro-brasileira:** contribuições para a discussão racial na escola. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007. p. 17-32.b

PINTO, C. R. J. **Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro.** In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia – GT Teoria Sociológica. Recife, PE: UFPE. 29 de maio/1 de junho. 2007. 16 p. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/congresso_vo2/papers/gt28%20teoriaa%20social%20c3%b3gica/microsoft%20word%20-%202007sbs.pdf. Acessado em: 22 abril.2005.

PINTO, E. A. **Etnicidade, gênero e educação:** a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991). Campinas, Unicamp. 1993. Dissertação de mestrado. XEROX

_____. **Ventres livres:** o aborto numa perspectiva étnica e de gênero. São Paulo: Terceira Margem, 2002. 183 p.

_____. **Fala preta no contexto das organizações de mulheres negras.** São Paulo, [21-].

_____. Sexualidade na identidade da mulher negra a partir da diáspora africana: o caso do Brasil. São Paulo. PUC- São paulo, 2004. Tese de doutorado. Xerox

PINTO, E. A. **Sexualidade, gênero e cor em outros tempos**. II SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA & POLÍTICA UFPR: tendências e desafios contemporâneos. Curitiba, PR: UFPR, 2010.

PINTO, G. **Gênero, raça e pós-graduação**: um estudo sobre a presença de mulheres negras nos cursos de mestrado da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007. Monografia (Mestrado em Política Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense.

_____. **Situação das mulheres negras no mercado de trabalho**: uma análise dos indicadores sociais. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxumbá – MG, 18 – 22, set. 2006.

PIOVESAN, F. “Ações afirmativas da perspectiva de Direitos Humanos”. In: **Cadernos de Pesquisa**, v35, n. 124, p. 43-55, jan./abr., 2005 <http://www.sciell.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf> acessado em 18/09/2008.

PIRES, A. L. C. S. “Associações de homens de cor – imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1937). In: SALGUEIRO, M.. A. A. (Org.). **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 69-89.

PIRES, A. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências social. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques episemiológicos e metodológicos** / tradução de Ana Cristina Nasser. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2008. – (Coleção Sociologia) Título original: La recherche qualitative. p. 43-94.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 59-90.

PIZA, E.; ROSEMBERG, F. Cor nos censos brasileiros. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 91-120.

POCHMANN, M. Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 637-649, out./dez. 2010.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 215-253. Título original: La recherche qualitative. (Coleção Sociologia)

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. 464 p. Título original: La recherche qualitative. (Coleção Sociologia)

POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. Título original: Théories de l'ethnicité.

PRANDI, R. Raça e voto na eleição presidencial de 1994. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 30, dez., 1996. p. 61 – 78.

PRIORI, M. D. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2000. (Repensando a História)

PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER. In: **As mulheres e a legislação contra o racismo**. Rio de Janeiro: Cepia, 2001. p. 157-166. (Coleção: Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero, n. 4.)

QUEIROZ, D. M. O negro, seu acesso ao ensino superior e as ações afirmativas no Brasil. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Org.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p.137-156. (Coleção Políticas da Cor)

QUEIROZ, D. M.; SANTOS, J. T. dos. “Sistema de cotas e desempenho de estudantes nos cursos da UFBA”. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 115-135. (Coleção Políticas da Cor)

QUEIROZ, J. O negro na universidade: o direito à inclusão. In: PACHECO, M. (Org.). Brasília, DF: Fundação Palmares, 2007. 160 p.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: CERU; FFLCH/USP, 1983. (Coleção Textos, 4)

QUEVEDO, J.; DUTRA, M. R. (Org.). **Nas trilhas da negritude**: consciência e afirmação. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007. 184 p.

QUIJANO, A. Colonialismo do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RAIMUNDO, V. ; GEHLEN, V. ; ALMEIDA, D. Mulher negra: inserção nos movimentos sociais feminista e negro. 2007. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/valdenice.pdf>> Acesso em: 01/04/2010.

RAMÃO, S.; FARINA, O.; MENEGUEL, S. Historias de resistência das mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, vol. 13 n. 3. Florianópolis, set./dez., 2005.

RAMOS, S. Negro drama. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll ActionAid, 2009. p. 275-292.

RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, A. J. P.; DAMASCENA, A. A. Experiências de ação afirmativa: interlocução com o ponto de vista da juventude negra. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Org.). **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 173-187. (Coleção Políticas da Cor).

REGUEIRA, A. T. R. **As fontes estatísticas em relações raciais e a natureza da investigação do quesito cor nas pesquisas sobre a população no Brasil:** contribuição para o estudo das desigualdades raciais na educação. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. Dissertação de Mestrado.

REICHMANN, R. Mulher negra brasileira: um retrato. **Estudos Feministas**, ano 03, n. 2 – Dossiê Mulheres Negras. Florianópolis, p. 496-505, jun/dez 1995.

REIS, E. P. A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro. SCALON, Celi (org) In **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: UFMG-Rio de Janeiro: IUPERJ/ FAPERJ, 2004. pp. 37-73.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 280

RELATÓRIO DO II ENCONTRO DO SETORIAL DE NACIONAL DE MULHERES DA CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES- CMP, 1998, São Paulo. Resultados de encontros, seminários e plenárias, realizadas pelo setorial de mulheres.

REX, J. **Raça e etnia**. Lisboa: Editorial Estampa, Temas Ciência Sociais N. 3, 1988.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 79-94. (Coleção Historial)

RIBEIRO, M. **Antigas personagens, novas cenas:** mulheres negras e participação política. Disponível em: <http://www.empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Antigas%20personagens%20mulheres%20negras.pdf>

_____. As abordagens étnico-raciais no serviço social. In: **Serviço Social e Sociedade**. n.79, ano XXIV, set. 2004. p. 148-161.

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioxa a Beiging. **Estudos Feministas**, ano 03, n. 2 – Dossiê Mulheres Negras. Florianópolis, p. 446-457, jun/dez 1995.

_____. O enlace entre direitos humanos, superação do racismo e da discriminação racial. In: VENTURI, G. (Org.). **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p.143-154.

_____. O feminismo em novas rotas e visão. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(3): p. , set./dez. 2006.

_____. **Reflexões sobre as políticas voltadas às mulheres**. [S.I], set. 2008.

ROCHA, R. da F. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 99, p. 540-561, jul./ set. 2009.

ROCHA, R. M. de C.; TRINDADE, A. L. da. Ensino fundamental. In: **Alfabetização e diversidade: orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006. p. 54-75.

RODRIGUES, J. J. S. O silêncio dos inocentes: 205 anos da revolução dos alfaiates / a revolta dos búzios 1798-2003. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003. p. 93-97. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação)

ROLLAND, E. Direitos reprodutivos e racismo no Brasil. **Estudos Feministas**, ano 03, n. 2 – Dossiê Mulheres Negras. Florianópolis, p. 506-514, jun/dez 1995.

ROMANO, R. **Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores**. Tradução Marilda Pedreira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995. 126p. Título original "Lês Mecanismes de la Conquête Coloniale. (Coleção Khronos).

ROQUE, A. Construção e desconstrução do silêncio: reflexões sobre o racismo e o antirracismo na sociedade brasileira. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll ActionAid, 2009. p. 259-274.

ROSE, A. M.. “A origem dos preconceitos”. In: **Raça e ciência II**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.161 – 194.

ROSEMBERG, F. “Experiências do programa internacional de bolsas de pós-graduação da Fundação Ford no Brasil”. In: ZONINSEIN, J.; JUNIOR, J. F. (Org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 193-214.

ROURE, M. de. Apresentação. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003. p. 21-24. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação)

RUFINO, A. Configurações em preto e branco. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003. p. 29-38. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação)

RUIZ, J. L. de S. Considerações introdutórias ao debate sobre ações afirmativas e serviço social. **Revista O Social em Questão**, v. 22, n. 23, p. 154-162. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da PUC-RJ. 2010.

SÁ, M. S. M. M. “Políticas de ação afirmativa: uma estratégia de sobrevivência dentro da universidade pública”. In: ARRUDA, J. R. C. (Org.). **Política de ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2007. p. 39 – 46.

SABÓIA, A. L.; SABÓIA, J. “Branco, pretos e pardos no mercado de trabalho no Brasil”. In: ZONINSEIN, J.; JUNIOR, J. F. (Org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 81-104.

SCALON, Celi. O que os brasileiros pensam das desigualdades sociais?
SCALON, Celi (org) In **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: UFMG- Rio de Janeiro: IUPERJ/ FAPERJ, 2004. p.17-35

SACHS, I. Desenvolvimento, direitos humanos e cidadania. In: PINHEIRO, P. S.; GUIMARÃES, S. P. (Org.). **Direitos humanos no século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão, [199-?]. p. 155-166.

_____. _____. In: PINHEIRO, P. S.; GUIMARÃES, S. P. (Org.). **Direitos humanos no século XXI**. Rio de Janeiro: IPRI, 1998. p. 155-166.

SADER, E. “Apresentação”. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 7- 8. (Coleção Políticas da Cor)

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. XEROX ESPIRAL.

SAFFIOTI, H. **Rearticulando gênero e classe social**. [S.I.:s.n.], 1992. XEROX ESPIRAL.

SAILLANT, F. Direitos, cidadania e reparações pelos erros do passado escravista: perspectivas do movimento negro no Brasil. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll ActionAid, 2009. p. 197-226.

SALLES, R.; SOARES, M. de C. **Episódios de história afro-brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A/Fase, 2005.144 p.

SALVADOR, A. C. **Ação afirmativa na PUC-Rio: a inserção de alunos pobres e negros**. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio, 2011. 200 p.

SALVADOR, A. C. Ação afirmativa no ensino superior: um estudo da política de inserção de alunos oriundos de pré-vestibulares para negros e carentes, pré-vestibulares comunitários e lideranças comunitárias implementadas na PUC-RJ. **Revista O Social em Questão**, v. 15, n. 15, p. 45-67. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da PUC-RJ. 2006.

_____. Políticas de reconhecimento X políticas de redistribuição – um dilema contemporâneo. **Revista O Social em Questão**, v. 22, n. 23, p. 136-153. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da PUC-RJ. 2010.

_____. Políticas de ação afirmativa. **Revista O Social em Questão**, v. 22, n. 23, p. 7-12. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da PUC-RJ. 2010.

SAMARA, E. de M. **Família e vida doméstica no Brasil**: do engenho aos cafezais. Estudos CEDHAL – n. 10 – nova série -1999. 54 p.

SANTANA, M dos S. Identidade e reconhecimento como unidade de lutas políticas e efetivação de direitos humanos. In: SOUSA JR., J. G. de. [et all] (Org.). **Educando para direitos humanos**: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004. p. 177-197. XEROX.

SANTANA, M. de M.; TAVARES, M. das G. M. “Um olhar histórico avaliativo sobre o Programa de Ações Afirmativas da UFAL”. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). **Cotas raciais no Brasil**: a primeira avaliação. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 239-251. (Coleção Políticas da Cor)

SANTANA, P. M. de S. Educação infantil. In: **Alfabetização e diversidade**: orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006. p. 29-49.

SANTOS, A. de S. Identidades e trajetórias de docentes negras (os) da UFAM. **Semana Educa**, v. 1, n. 1, 2010.

SANTOS, A. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SANTOS, B de S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (coleção questões da nossa época; v.120)

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, E. M. dos. **Resistência escrava**: as fugas de escravos em São João Del Rei, na última década de escravidão no Brasil. São João Del-Rei, 2004. Monografia (Especialização em História de Minas dos Séculos XVIII e XIX) – Departamento das Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade Federal de São João Del-Rei.

SANTOS, G. **Relação raciais e desigualdades no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009. 94 p. (Consciência em debate/coordenado por Vera Lúcia Benedito)

SANTOS, G. A cultura política da negação do racismo institucional. In: SANTOS, G.; SILVA, M. P. da. (Org.). **Racismo no Brasil**: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 45-53.

SANTOS, G. A. dos. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das idéias que neutralizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/ Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002. p.176.

_____. **Mulher negra, homem branco**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. p. 95.

SANTOS, H. Uma visão sistêmica das estratégias aplicadas contra a discriminação racial. In: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate ao racismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996. p. 113 – 120.

SANTOS, I. A. A. dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo: o que faremos com os brancos racistas?** Brasília, 2009. Monografia (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB.

SANTOS, J. E. dos. **Os Nagô e a morte**: Pàde, Àsèsè e o culto Egún na Bahia. 11ª ed. Traduzido pela Universidade Federal da Bahia. Petrópolis: Vozes, 1986. 264 p. (Mestrado, v. 4.)

SANTOS, J. R. dos. **A questão do negro na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1990. (Coleção Sala de Aula)

SANTOS, J. T. dos. “Dilemas atuais das políticas para os afro-brasileiros: ação afirmativa no Brasil dos anos 60”. In: BACELAR, J.; CAROSO, C. (Org.). **Brasil: um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas, BA: CEAO, 1999. p.221-233.

SANTOS, M. “A era da inteligência baseada na máquina”. In: TRINDADE, A. L. da.; SANTOS, R. dos (Org.). **Multiculturalismo: mil e uma faces da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 149-157.

SANTOS, M. A. de O. dos. Política negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll ActionAid, 2009. p. 227-258.

SANTOS, M. C. E. M. “O sistema de cotas da universidade do Estado da Bahia: relato de uma experiência”. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da. (Org.). **O negro na universidade: direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 99 – 124.

SANTOS, M. J. de M. **Estereótipos, preconceitos, axé-music e pagode**. Bahia, 2006, 237 p. (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, N. B. As políticas públicas e a questão racial. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003. p.111-116. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação)

SANTOS, R. C. B. dos; GÓIS, J. B. H. Gênero, raça e solidariedade: um estudo da organização política de lésbicas negras. In: **Gênero**, Niterói, v.8, n.1, p. 71-98, 2. Sem. 2007.

SANTOS, R. E. “Racialidade e novas formas de ação social: o pré-vestibular para negros e carentes”. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 127-153. (Coleção Políticas da Cor)

SANTOS, R. E; LOBATO, F. (Org.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 213 p.(Coleção Políticas da Cor)

SANTOS, R. E. dos. “Política de cotas raciais nas universidades brasileiras: o caso UERJ”. In: FERES JUNIOR; ZONINSEIN, J. (Org.). **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. p. 110 – 135.

SANTOS, S. A. dos. “Ação afirmativa e mérito individual”. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 83-125. (Coleção Políticas da Cor)

SANTOS, S. B. dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiania, v.12. n. 2, pp. 275-288, jul.-dez., 2009.

_____. Feminismo negro diaspórico. In: **Gênero**, Niterói, v.8, n.1, p. 11-26, 2. Sem. 2007.

_____. Uma reflexão acerca da cultura afro-brasileira. In: GONÇALVES, M. A. R. (Org.). **Educação, arte e literatura africana de língua portuguesa: contribuições para a discussão da questão racial na escola**. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007. p. 135-158. (Sempre Negro; v.2)

SANTOS, S. M. de M. dos. Direitos, desigualdades e diversidade. In: BOSCHETTI, I. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 64-86.

SANTOS, M. M. de M. **Estereótipos, preconceito, axé music e pagote**. 2006. 237 p. Monografia (mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2006.

SARMENTO, D. A. de M. “O negro e a igualdade no direito constitucional brasileiro: discriminação de facto, teoria do impacto desproporcional e ações afirmativas”. In: ZONINSEIN, J.; JUNIOR, J. F. (Org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 243-278.

SCARANO, J. **Cotidiano e solidariedade**: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII. São Paulo: Brasiliense, 1994. 148 p.

SCHWARCZ, L. K. M. Dando nome às diferenças. In: SAMARA, E. de M. (Org.). **Racismo e racistas**: trajetória do pensamento racista no Brasil. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. p. 9-43. (Cursos e Eventos: Nova Série n. 2)

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.

SEBASTIÃO, A. A. Feminismo negro e suas práticas: algumas implicações na construção do simbólico. In: CARVALHO, M. P. de; PINTO, R. P. (Org.). **Mulheres e desigualdades de gênero**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 115-131. (Série justiça e desenvolvimento/ IFP-FCC)

SEMOG, E. Poetas negros, Movimento negro e alguma vida. In: GONÇALVES, M. A. R. (Org.). **Educação, arte e literatura africana de língua portuguesa**: contribuições para a discussão da questão racial na escola. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007. p. 237-245. (Sempre Negro; v.2)

SEROTE, P. “Treinamento como estratégia de combate à discriminação nas relações de raça e gênero na África do Sul”. In: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate ao racismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996. p. 29 – 34.

SEYFERTH, G. “A colonização e a questão racial nos primórdios da República”. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 27-46.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, março/maio 2002.

SHAPIRO, H. L. “As misturas das raças”. In: **Raça e ciência II**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.107 – 160.

SILVA JR, H. Mulher e negra: a necessidade de demandas judiciais específicas. In: **As mulheres e a legislação contra o racismo**. Rio de Janeiro: Cepia, 2001. p. 9-42. (Coleção: Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero, n. 4.)

_____. “As políticas de promoção da igualdade no direito internacional e na legislação brasileira”. In: HERINGER, R. (Org.). **A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil**. Rio de Janeiro: IERÊ-IFCS/UFRJ, 1999. p. 89-106.

_____. **Direito de igualdade racial: aspectos constitucionais, civis e penais: doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002. 216 p.

_____. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília; UNESCO, 2002. 96 p.

SILVA, A. C. A. “Questões legais e racismo na história do Brasil”. In: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate ao racismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996. p. 121 – 132.

SILVA, A.; LUIZ, C.; JACCOUD, L.; SILVA, W. Entre o racismo e a desigualdade: da constituição à promoção de uma política de igualdade racial(1988-2008). In: JACCOUD, L. (Org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos**. Brasília: Ipea, 2009. p. 19-92.

SILVA, C. B. R. da. Trajetórias do movimento negro e ação afirmativa no Brasil. **Cadernos Penesb**, Niterói - EdUFF, n. 10, p. 117- 138, janeiro de 2008/ junho de 2010.

SILVA, C. da. Ações afirmativas em educação: um debate para além das cotas. In: SILVA, C. da. (Org.). **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003. p. 17-38.

_____. Definições de metodologias para a seleção de pessoas negras em programas de ação afirmativa em educação. In: SILVA, C. da. (Org.). **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003. p. 39-62.

SILVA, E. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, E.; REIS, J. J. **Negação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, I. C. da. Currículo e diversidade cultural na escola Grapiúna. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Org.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 229-240. (Coleção Políticas da Cor)

SILVA, I. M. F. da. **Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sociohistóricos**. Cuiabá: EdUFMT, 2008. 202 p.

SILVA, J. C. da.; BARROS, L. O. C. “O pensamento social brasileiro e a questão do negro”. In: GONÇALVES, M. A. R. (Org.). **Educação, cultura e literatura afro-brasileira: contribuições para a discussão racial na escola**. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007. p. 33-50.

SILVA, J. da. Políticas de ação afirmativa para a população negra: educação, trabalho e participação no poder. In: VOGEL, A. (Org.). **Trabalhando com a diversidade no Planfor: raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2001. p. 5-68.

SILVA, J. da. **Violência e racismo no Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1998. p.249.

SILVA, J.; JACCOUD, L. et al. A promoção da igualdade racial em 2007 e as políticas universalistas. In: JACCOUD, L. (Org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009. p. 205-233.

_____. A promoção da igualdade racial no primeiro semestre de 2007 e os programas de ação afirmativa nas universidades públicas. In: JACCOUD, L. (Org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009. p. 171-204.

SILVA, L. F. M. da. “Considerações sobre a juridicidade das políticas de ação afirmativa para negros no Brasil”. In: ZONINSEIN, J.; JUNIOR, J. F. (Org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 155 – 212.

_____. Ação afirmativa e cotas para afro-descendentes: algumas considerações sociojurídicas. In: SANTOS, R. E. dos; LOBATO, F. (Org.). **Ações afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 59-74. (Coleção Políticas da Cor)

SILVA, L. H. da; AZEVEDO, J. C. de; SANTOS, E. S. dos. (Org.). **Identidade social e a construção do conhecimento**. Porto Alegre: Ed. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre – Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997. 366 p.

SILVA, M N. da; LARANJEIRA, P. “O problema da ‘raça’ às políticas de ação afirmativa”. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da. (Org.). **O negro na universidade**: direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 125 – 137.

SILVA, M. J. L. da. “As exclusões e a educação”. In: TRINDADE, A. L. da; SANTOS, R. dos. (Org.). **Multiculturalismo: mil e uma faces da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 139-147.

SILVA, M. J. L. “Desvendando identidades não reveladas: dilemas da pedagogia multirracial na escola brasileira”. In: GONÇALVES, M. A. R. (Org.). **Educação, cultura e literatura afro- brasileira**: contribuições para a discussão da questão racial na escola. Rio de Janeiro: Quartet / NEAB UERJ, 2007.

SILVA, M. N. da. “A influência da raça e do território na experiência da sociabilidade”. In: GONÇALVES, M. A. R. (Org.). **Educação, cultura e literatura afro-brasileira**: contribuições para a discussão racial na escola. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007. p. 109-127.

SILVA, M. P. da. Identidade racial brasileira. In: SANTOS, G.; SILVA, M. P. da. (Org.). **Racismo no Brasil**: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-44.

SILVA, M. V. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992. XEROX ESPIRAL

SILVA, N. do V. “Morenidade: modo de usar”. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 30, dez.,1996. p. 79 – 95.

SILVA, N. V. “Desigualdades raciais e ciclos de vida”. In: HERINGER, R. (Org.). **A cor da desigualdade**: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil. Rio de Janeiro: IERÊ-IFCS/UFRJ, 1999. p. 31-37.

SILVA, P. Chegou a hora de darmos a luz a nós mesma-situando-nos enquanto mulheres e negras. **Cad. CEDES**, v. 19, n.º45, p. 1-11, jul 1998. XEROX

SILVA, P. B. G. “Negros na universidade e produção do conhecimento”. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Org.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 43-53.

SILVA, P de L. **As representações sociais do uso de drogas entre familiares de usuários em tratamento**. Bahia, 2007, 203 p. (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

SILVA, P. V. B. da.; DUARTE, E. C. P.; BERTULIO, D. L. “Sobre políticas afirmativas na Universidade Federal do Paraná”. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 155-212. (Coleção Políticas da Cor)

SILVA, T da S.; HALL, S. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. da S.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 73-102.

SILVA, T da S.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 133 p.

SILVA, W. Para que se comece fazer justiça. In: **aprovados cursinho pré-vestibular e população negra**. Ed. Selo Negro, São Paulo, [21.?).

SILVEIRA, M. Estratégias pedagógicas e abordagem racial. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Org.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 241-251. (Coleção Políticas da Cor)

SILVERIO, V. **Ações Afirmativas e o combate ao racismo institucional**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.

SILVÉRIO, V. R. “Ação afirmativa: uma política pública que faz a diferença”. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da. (Org.). **O negro na universidade: direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. p.21 – 49.

_____. “O IFP e a ação afirmativa na pós-graduação brasileira”. In: ZONINSEIN, J.; JUNIOR, J. F. (Org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 215-242.

SILVÉRIO, V. R. “O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro”. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 55-77.

SILVÉRIO, V. R. Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll ActionAid, 2009. p. 13-38.

_____. R. Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Org.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 39-69. (Coleção Políticas da Cor)

SIQUEIRA, J. J. “A redemocratização de 1945 e a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil”. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 107-129.

SISS, A. **Afro- brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas**. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESB, 2003.

SKIDMORE, T. E. **O Brasil visto de fora**. Tradução Susan Semler. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 292 p.

_____. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2. ed. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 332 p.

SOARES, L. T. As políticas de ajuste neoliberal na América Latina. In: **Políticas de ajuste x políticas de inclusão: gênero e raça nas políticas públicas**. p. 83-90.

SOARES, S. A trajetória da desigualdade: A evolução da renda relativa dos negros no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 119-130.

_____. A democracia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 97- 118.

SODRÉ, M. “Cultura, diversidade cultural e educação”. Entrevista realizada por Azoilda Loretto da Trindade. In: TRINDADE, A. L. da; SANTOS, R. dos. (Orgs.). **Multiculturalismo: mil e uma faces da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.17-32.

_____. **A verdade seduzida**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. p.214.

SODRÉ, M. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 272 p.

_____. Prefácio. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003. p. 19-20. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação)

SOUSA JR., W. A. **O Ilê Aiyê e a relação com o estado: interfaces e ambigüidades entre o poder e cultura na Bahia**. Bahia, 2006, 150 p. (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

SOUSA, N. H. B. de. Educação em direitos humanos e emancipação. In: VENTURI, G. (Org.). **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p. 229-239.

SOUSA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. 88 p. (Coleção Tendências; v. 4)

SOUZA, J. (Não) reconhecimento e subcidadania ou o que é ser gente? **Lua Nova**, n. 59, Ed. UFMG, p. 52-73, 2003.

SOUZA, J. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. In: SOUZA, J. (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 283-327.

SOUZA, S. da R. O pré-vestibular para negros como instrumento de política compensatória – o caso Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, I. (Org.). **Relações Raciais e Educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 173 – 191. (Coleção Políticas da Cor)

STAMPA, I. T. Espaços públicos no Brasil: desafios para uma construção democrática. **Revista O Social em Questão**, v. 15, n. 15, p. 9-27. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da PUC-RJ. 2006.

STOLCKE, V. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 20, Florianópolis, p. 101-119, jun., 1991. XEROX

STROZENBERG, I. A relevância de uma pergunta inaugural. **Revista Estudos Feministas**. v. 4 n.1 / 96, IFCS/ UFRJ – PPCIS/ UERJ. P.221-224.

TAGUIEFF, P. A. **O racismo**. Tradução José Luís Godinho. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. Título Original: Le Racisme.

TAVARES, J. C. de. Diáspora africana: a experiência negra de interculturalidade. In: **Cadernos Penesb**, Niterói - EdUFF, n. 10, p. 77 - 85, janeiro de 2008/ junho de 2010.

TEIXEIRA, M. D. P. “Identidade Racial e universidade pública no Rio de Janeiro”. In: **Educação, racismo e anti- racismo**. Programa A Cor da Bahia/ Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador: Novos Toques, nº 4, 2000. p. 45- 68.

TEIXEIRA, M. de P. Negros egressos de uma universidade pública no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, I. de. (Org.). **Relações raciais e educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 193 – 208

TEIXEIRA, M. **Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro/ Moema De Poli Teixeira**. – Pallas, p. 4-31, 2003.

TELLES, E. Início no Brasil e fim nos EUA?. **Revista Estudos Feministas**, vol. 4, n.1, p. 194-201. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ - PPCIS/ UERJ. 1996.

TEODORO, M. de L. Elementos básicos das políticas de combate ao racismo brasileiro. In: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate ao racismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996. p. 95 – 111.

THEODORO, H. Mulher negra: Sua fé. In **Mito e Espiritualidade**: Mulheres negras. Rio de Janeiro: Pallas, 1996. p. 61-69.

THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. 176 p.

_____. (Org.). **Políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008. 176 p.

_____. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. p. 15- 44.

_____. À guisa de conclusão: o difícil debate da questão racial e das políticas públicas de combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. p. 167-176.

_____. Mercado de trabalho, exclusão e ação do Estado: os limites do sistema público de emprego no Brasil. In: **Ser Social**, n. 3, p. 67-118, jul./dez, 1998.

TODOROV, T. A conquista da América: a questão do outro. 2. ed. Tradução Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1988. Título original: La conquête de l’Amerique – la question de l’autre.

TRINDADE, A. L. da. “Olhando com o coração e sentindo com o corpo inteiro no cotidiano escolar.” In: TRINDADE, A. L. da.; SANTOS, R. dos. (Org.). **Multiculturalismo**: mil e uma faces da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 7 – 1.

TURNER, J. M. “Inclusão social e ações de discriminação positiva em favor dos afro-descendentes na América Latina: onde estão as promessas do Millenium Development Goals das Nações Unidas?” In: ZONINSEIN, J.; JUNIOR, J. F. (Org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 61-79.

URRUTIA, V. G. Mujeres y participación política: Es viable una ley de cuotas em Chile? **Revista O Social em Questão**, v. 22, n. 23, p. 113-135. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da PUC-RJ. 2010.

VAINER, C. B. Estado e raça no Brasil: notas exploratórias. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 18, maio, 1990. p. 103-118.

VAN DIJK, T. A. (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008. 383 p.

VENTURI, G. (Org.). **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 272 p.

VENTURI, G.; BOKANY, V. Pesquisando discriminação institucional e identidade racial: considerações metodológicas. In: SANTOS, G.; SILVA, M. P. da. (Org.). **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 17-36.

VIEIRA, A. L. da C. Dilemas da inclusão e entraves à permanência: por uma reflexão multidimensional das políticas de ação afirmativa no Brasil. **Revista O Social em Questão**, v. 22, n. 23, p. 72-92. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da PUC-RJ. 2010.

VIEIRA, A. L. da C. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 81-97.

VIEIRA, P. A. dos S. “Políticas afirmativas, população negra e ensino superior em Mato Grosso: avaliando as cotas na Unemat”. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 213-238. (Coleção Políticas da Cor)

VILLARDI, R. “Política de ações afirmativas no ensino superior – notas sobre o caso da UERJ”. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 35 - 45. (Coleção Políticas da Cor: Entrevista concedida a Renato Ferreira).

VILLARDI, R.; AMADEI, S. M. “Perspectivas de democratização da educação superior: um estudo do sistema de vagas reservadas na UERJ”. In: ARRUDA, J. R. C. (Org.). **Política de ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2007. p. 27 – 38.

VITA, A. de. Justiça e diferença: a tolerância liberal. SOUZA, J. (Org.). In **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 415-440.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil**/Julio Jacobo Waiselfisz. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011. Disponível em: www.sangari.com/mapadaviolencia/

WANDERLEY, L. E. W. Globalização, religiões, justiça social: metamorfoses e desafios. In: SANCHES, W. L. (Org.). In: **Cristianismo na América Latina e Caribe- trajetórias, diagnósticos e perspectivas**. 1ª ed., São Paulo: Paulinas, V 1, 2003, p. 211- 271.

WEENECK, J. De lalodês y feministas reflexiones sobre la acción política de las mujeres negras em América Latina y El Caribe. **Nouvelles Questions Féministes**, v. 24, n. 2, p. 27-39, 2005.

WEENECK, J. Incorporação das dimensões de gênero e de igualdade racial e étnica nas ações de combate à pobreza e à desigualdade: a visão da articulação de organizações de mulheres negras brasileiras/AMNB. AMNB, **Relatório da Reunião Nacional**, 2005.

WEISSKOPF, T. E. “A experiência da índia com ação afirmativa na seleção para o ensino superior”. In: ZONINSEIN, J.; JUNIOR, J. F. (Org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 35-60.

WERNECK, J. (Org.). **O livro de saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. 2. ed. Tradução Maisa Mendonça; Marilena Agostini e Maria Cecília MacDowell dos Santos. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2002. Título original: The Black Women's Health Book.

_____. “Mulheres Negras: múltiplas violências, várias formas de luta e resistência”, **Toques Criola**, n.4, 2008.

_____. **A luta continua**: o combate ao racismo no Brasil pós Durban, Observatório da Cidadania, 2006, nº 56. www.socialwatch.org/es/informeInpresso/pdf/panorbrasileirod2005_bra.pdf Acessado em 22/04/2009.

_____. A luta continua: o combate ao racismo no Brasil pós-Durban. Observatório da Cidadania, 2005, Disponível em: http://www.socialvatch.org/es/informeimpresso/pdf/panoramabrasileirod2005_bra.pdf Acesso em: 24/04/2009.

_____. A era da inocência acabou, já foi tarde. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003. p. 39-48. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação)

_____. Da diáspora globalizada: notas sobre os afrodescendentes no Brasil e o início do século XXI. In: **da diáspora globalizada**: notas sobre os afrodescendentes no Brasil e o início do século XXI, UFRJF, Rio de Janeiro, 2003, p. 1-16.

WERNECK, J. Mulheres negras brasileiras e os resultados de Durban. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll ActionAid, 2009. p. 111-136.

WERNECK, J. **Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras estratégias políticas contra o sexismo e o racismo.** ABPN, v.1, n.1, p.09-16, mar./jun. 2010.

_____. Nossos Passos vêm de Longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: Werneck, J. (Org.). **Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas.** Rio de Janeiro: Criola, 2008. p. 76-84.

_____. Superação do neoliberalismo por meio de projetos democráticos, populares, não-sexistas e antirracistas de desenvolvimento sustentável. In: **Políticas de ajuste x políticas de inclusão: gênero e raça nas políticas públicas** p. 66-71.

_____. Um Brasil desigual – breve retrato, Disponível em: <<http://www.reddesalud.org/espanol/info.asp?Ob=9&ld=324>> Acesso em: 01/04/11.

WIEVIORKA, M. **O racismo, uma introdução.** São Paulo: Perspectiva, 2007. 168 p.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. da S.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais.** 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 7-72.

XAVIER, L. O papel do conselho nacional de promoção da igualdade racial na gestão da política de igualdade racial. Disponível em: <http://www.quebreoecho.com.br/wp-content/uploads/2010/11/livro_mulheres_negras21.pdf> Acesso em: 01/04/11.

ZANETTI, J.; SACRAMENTO, M. Jovens negras: ressignificando pertencimentos, construindo práticas. In: Werneck, J. (Org.). **Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas.** Rio de Janeiro: Criola, 2008. p. 24-36.

ZONINSEIN, J.; FERES JR.(Org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. 350 p. (Humanitas).

9 Anexos

9.1

Anexo 1- Levantamento Bibliográfico sobre Políticas de Ação Afirmativa

Ano	Jornal	Publicação do MN	livro	Publicação governamental	Publicação Legislativo	Dissertação	Artigos Coletânea/ Revistas	web	Publicação ONG	Dicionário	Anais/ Relatórios/ mimeo
1964										I	
1983		1					2				
1984											
1985					1						
1986											
1987							1				1
1988				1							
1989		1									
1990											
1991											
1992											1
1993				2							
1994			1				1				
1995							1				1
1996				2			9				
1997				1			4		4		
1998				1			8		1		
1999				1		I	3				
2000					1		2				
2001	1		1				4				3
2002							1		2		
S/ data								1			
TO-TAL 67/ 100 %	1	2	3	8	2	1	36	1	7	1	6

Fonte: MUNANGA, Kabengele. "100 anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil", 2003. pp. 470-475.

9.2**Anexo 2- Universidades que possuem sistemas de cotas para negros**

1. UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2. UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense
3. UEZO – Centro Universitário da Zona Oeste do Rio de Janeiro
4. ISE Itaperuna – Instituto Superior de Educação de Itaperuna
5. ISE Bom Jesus de Itabapoana – Instituto Superior de Educação de Bom Jesus de Itabapoana
6. ISE Três Rios – Instituto Superior de Educação de Três Rios
7. ISEPAM – Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert
8. ISERJ – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro
9. ISTCCP – Instituto Superior de Tecnologia em Ciência da Informação de Petrópolis
10. IST Rio – Instituto Superior de Tecnologia em Ciência da Computação do Rio de Janeiro
11. IST Paracambi – Instituto Superior Tecnológico de Paracambi
12. IST Horticultura – Instituto Superior de Tecnologia em Horticultura
13. UNIMontes – Universidade Estadual de Montes Claros
14. UFJF – Universidade Federal de Juíz de Fora
15. UFSJR – Universidade Federal de São João Del Rey
16. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
17. UFU – Universidade Federal de Uberlândia
18. Unifesp – Universidade Federal de São Paulo
19. IFSP – Instituto Federal de São Paulo
20. FATEC Americana – Faculdade de Tecnologia de Americana

21. FATEC Araçatuba – Faculdade de Tecnologia de Araçatuba
22. FATEC Baixada Santista – Faculdade de Tecnologia da Baixada Santista
23. FATEC Barueri – Faculdade de Tecnologia da Baixada Santista
24. FATEC Carapicuíba – Faculdade de Tecnologia de Carapicuíba
25. FATEC Capão Bonito – Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito
26. FATEC Catanduva – Faculdade de Tecnologia de Catanduva
27. FATEC Cruzeiro – Faculdade de Tecnologia de Cruzeiro
28. FATEC Franca – Faculdade de Tecnologia de Franca
29. FATEC Ipiranga – Faculdade de Tecnologia de São Paulo
30. FATEC Garça – Faculdade de Tecnologia de Garça
31. FATEC Guaratinguetá – Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá
32. FATEC Indaiatuba – Faculdade de Tecnologia de Indaiatuba
33. FATEC Itapetininga – Faculdade de Tecnologia de Itapetininga
34. FATEC Itaquaquecetuba – Faculdade de Tecnologia de Itaquaquecetuba
35. FATEC Itu – Faculdade de Tecnologia de Itu
36. FATEC Jaboticabal – Faculdade de Tecnologia de Jaboticabal
37. FATEC Jaú – Faculdade de Tecnologia de Jaú
38. FATEC Jales – Faculdade de Tecnologia de Jales
39. FATEC Jundiaí – Faculdade de Tecnologia de Jundiaí
40. FATEC Lins – Faculdade de Tecnologia de Lins
41. FATEC Marília – Faculdade de Tecnologia de Marília
42. FATEC Mauá – Faculdade de Tecnologia de Mauá
43. FATEC Mococa – Faculdade de Tecnologia de Mococa
44. FATEC Mogi das Cruzes – Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes
45. FATEC Mogi-Mirim – Faculdade de Tecnologia de Mogi-Mirim

46. FATEC Osasco – Faculdade de Tecnologia de Osasco
47. FATEC Ourinhos – Faculdade de Tecnologia de Ourinhos
48. FATEC Pindamonhangaba – Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba
49. FATEC Piracicaba – Faculdade de Tecnologia de Piracicaba
50. FATEC Praia Grande – Faculdade de Tecnologia de Praia Grande
51. FATEC Presidente Prudente – Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente
52. FATEC Santo André – Faculdade de Tecnologia de Santo André
53. FATEC São Bernardo do Campo – Faculdade de Tecnologia de Bernardo do Campo
54. FATEC São Caetano – Faculdade de Tecnologia de São Caetano
55. FATEC São José do Rio Preto – Faculdade de Tecnologia de São José do Rio Preto
56. FATEC São José dos Campos – Faculdade de Tecnologia de São José dos Campos
57. FATEC São Sebastião – Faculdade de Tecnologia de São Sebastião
58. FATEC Sertãozinho – Faculdade de Tecnologia de Sertãozinho
59. FATEC Sorocaba – Faculdade de Tecnologia de Sorocaba
60. FATEC Taquaritinga – Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga
61. FATEC Tatuí – Faculdade de Tecnologia de Tatuí
62. FATEC Zona Leste – Faculdade de Tecnologia da Zona Leste
63. FATEC Zona Sul – Faculdade de Tecnologia da Zona Sul
64. FATEC Bauru – Faculdade de Tecnologia de Bauru
65. FATEC Botucatu – Faculdade de Tecnologia de Botucatu
66. FATEC Garça – Faculdade de Tecnologia de Garça
67. FATEC Guaratinguetá – Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá
68. FATEC Guarulhos – Faculdade de Tecnologia de Guarulhos

69. UnB – Universidade De Brasília
70. UFG – Universidade Federal de Goiás
71. FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Ensino Superior de Goiatuba
72. UNEMAT – Universidade do Estado do Mato Grosso
73. UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
74. UNCISAL – Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
75. UFAL – Universidade Federal do Alagoas
76. UFBA – Universidade Federal da Bahia
77. UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano
78. UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
79. UNEB – Universidade Estadual da Bahia
80. IF Baiano – Instituto Federal Baiano
81. IFBA – Instituto Federal da Bahia
82. UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
83. UFMA – Universidade Federal do Maranhão
84. UFS – Universidade Federal de Sergipe
85. UFPR – Universidade Federal do Paraná
86. UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
87. UNIPAMPA – Universidade Federal Do Pampa
88. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
89. IF-SC – Instituto Federal De Santa Catarina
90. CUEZO/RJ – Centro Universitário Estadual da Zona Oeste
91. CEFET/RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
92. IFBA – Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia

93. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UniOeste)
94. Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
95. Universidade Federal do Acre (UFAC)
96. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
97. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
98. Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
99. Universidade Federal do Pará (UFPA)
100. Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
101. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
102. Universidade Federal do Piauí (UFPI)
103. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
104. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
105. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
106. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
107. Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Fonte: http://www.palmares.gov.br/?page_id=121

9.3

Anexo 3- Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto de Igualdade Social**Manifesto em favor da lei de cotas e do estatuto da igualdade racial**

Aos deputados e senadores do congresso brasileiro:

A desigualdade racial vigente hoje no Brasil tem fortes raízes históricas e esta realidade não será alterada significativamente sem a aplicação de políticas públicas dirigidas a este objetivo. A Constituição de 1889 facilitou a reprodução do racismo ao decretar uma igualdade puramente formal entre todos os cidadãos. A população negra acabava de ser colocada em uma situação de completa exclusão em termos de acesso à terra, à renda, ao conjunto de direitos sociais definidos como direitos de todos?, e à instrução para competir com os brancos diante de uma nova realidade de mercado de trabalho que se instalava no país. Enquanto se dizia que todos eram iguais na letra da lei, várias políticas de incentivo e apoio diferenciado, que hoje podem ser lidas como ações afirmativas, foram aplicadas para estimular a imigração de europeus para o Brasil.

Esse mesmo racismo estatal foi reproduzido e intensificado na sociedade brasileira ao longo de todo o século vinte. Uma série de dados oficiais sistematizados pelo IPEA no ano 2001 resume o padrão brasileiro de desigualdade racial: por 4 gerações ininterruptas, pretos e pardos têm contado com menos escolaridade, menos salário, menos acesso à saúde, menor índice de emprego, piores condições de moradia, quando contrastados com os brancos e asiáticos. Estudos desenvolvidos nos últimos anos por outros organismos estatais, como o MEC, o INEP e a CAPES, demonstram claramente que a ascensão social e econômica no nosso país passa necessariamente pelo acesso ao ensino superior.

Foi a constatação da extrema exclusão dos jovens negros e indígenas das universidades públicas que impulsionou a atual luta nacional pelas cotas, cujo marco foi a Marcha Zumbi dos Palmares pela Vida, em 20 de novembro de 1995, encampada por uma ampla frente de solidariedade entre acadêmicos negros e brancos, coletivos de estudantes negros, cursinhos pré-vestibulares para afrodescendentes e pobres e movimentos negros da sociedade civil, estudantes e líderes indígenas, além de outros setores solidários, como jornalistas, líderes religiosos e figuras políticas? boa parte dos quais subscreve o presente documento. A justiça e o imperativo moral dessa causa encontraram ressonância nos últimos governos, o que resultou em políticas públicas concretas, tais como: a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, de 1995, ainda no governo FHC; as primeiras ações afirmativas no âmbito dos Ministérios, em 2001; a criação da Secretaria Especial para Promoção de Políticas da Igualdade

Racial (SEPPIR), em 2003, no governo Lula; e, finalmente, a proposta dos atuais Projetos de Lei que estabelecem cotas para estudantes negros oriundos da escola pública em todas as universidades federais brasileiras, e o Estatuto da Igualdade Racial.

O PL 73/99 (ou Lei de Cotas) deve ser compreendido como uma resposta coerente e responsável do Estado brasileiro aos vários instrumentos jurídicos internacionais a que aderiu, tais como a Convenção da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), de 1969, e, mais recentemente, ao Plano de Ação de Durban, resultante da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul, em 2001. O Plano de Ação de Durban corrobora a ênfase, já colocada pela CERD, de adoção de ações afirmativas como um mecanismo importante na construção da igualdade racial. Lembremos aqui que as ações afirmativas para minorias étnicas e raciais já são realidade em inúmeros países multi-étnicos e multi-raciais como o Brasil. Foram incluídas na Constituição da Índia, em 1949; adotadas pelo Estado da Malásia desde 1968; implementadas nos Estados Unidos desde 1972; na África do Sul, após a queda do regime de /apartheid/, em 1994; e desde então no Canadá, na Austrália, na Nova Zelândia, na Colômbia e no México. Existe uma forte expectativa internacional de que o Estado brasileiro finalmente implemente políticas consistentes de ações afirmativas, inclusive porque o país conta com a segunda maior população negra do planeta e deve reparar as assimetrias promovidas pela intervenção do Estado da Primeira República com leis que outorgaram benefícios especiais aos europeus recém chegados, negando explicitamente os mesmos benefícios à população afro-brasileira.

Vale ressaltar também que, somente nos últimos 4 anos, mais de 35 universidades e Instituições de Ensino Superior públicas, entre federais e estaduais, já implementaram cotas para estudantes negros, indígenas e alunos da rede pública nos seus vestibulares e a maioria adotou essa medida após debates no interior dos espaços acadêmicos de cada universidade. Outras 15 instituições públicas estão prestes a adotar políticas semelhantes para promover maior inclusão. Todos os estudos de que dispomos já nos permitem afirmar com segurança que o rendimento acadêmico dos cotistas é, em geral, igual ou superior ao rendimento dos alunos que entraram pelo sistema universal. Esse dado é importante porque desmonta um preconceito muito difundido de que as cotas conduziram a um rebaixamento da qualidade acadêmica das universidades. Isso simplesmente não se confirmou! Uma vez tida a oportunidade de acesso diferenciado (e insistimos que se trata de cotas de entrada, apenas, e não de saída), os estudantes negros se esforçam e conseguem o mesmo rendimento que os estudantes brancos.

Outro argumento muito comum usado por aqueles que são contra as políticas de inclusão de estudantes negros através de cotas é que haveria um acirramento dos conflitos raciais nas universidades. Muito distante desse panorama alarmista, os casos de racismo que têm surgido após a implementação das cotas têm sido enfrentados e resolvidos no interior das comunidades acadêmicas, em geral com transparência e eficácia maiores do que havia antes das cotas. Nesse sentido, a prática das cotas tem contribuído para combater o clima de impunidade diante da discriminação racial no meio universitário. Mais ainda, as múltiplas experiências de cotas em andamento nos últimos 4 anos contribuíram para a formação de uma rede de especialistas e de uma base de dados acumulada que facilitará a implementação, a nível nacional, da Lei de Cotas.

Colocando o sistema acadêmico brasileiro em uma perspectiva internacional, concluímos que nosso quadro de exclusão racial no ensino superior é um dos mais extremos do mundo. Para se ter uma idéia da desigualdade racial brasileira, lembremos que, mesmo nos dias do /apartheid/, os negros da África do Sul contavam com uma escolaridade média maior que a dos brancos no Brasil no ano 2000; a porcentagem de professores negros nas universidades sul-africanas, ainda na época do /apartheid/, era muito maior que a porcentagem dos professores negros nas nossas universidades públicas nos dias de hoje. A porcentagem média de docentes nas universidades públicas brasileiras não chega a 1%, em um país onde os negros conformam 45,6 % do total da população. Se os Deputados e Senadores, no seu papel de traduzir as demandas da sociedade brasileira em políticas de Estado não intervirem aprovando o PL 73/99 e o Estatuto, os mecanismos de exclusão racial embutidos no suposto universalismo do estado republicano provavelmente nos levarão a atravessar todo o século XXI como um dos sistemas universitários mais segregados étnica e racialmente do planeta! E, pior ainda, estaremos condenando mais uma geração inteira de secundaristas negros a ficar fora das universidades, pois, segundo estudos do IPEA, serão necessários 30 anos para que a população negra alcance a escolaridade média dos brancos de hoje, caso nenhuma política específica de promoção da igualdade racial na educação seja adotada.

Não devemos esquecer que as universidades públicas são as mais qualificadas academicamente e com as melhores condições para a pesquisa; contudo, oferecem apenas 20% do total de vagas abertas anualmente no ensino superior brasileiro. 90% dessas vagas têm sido utilizadas apenas para a formação de uma elite branca. Para que nossas universidades públicas cumpram verdadeiramente sua função republicana e social em uma sociedade multi-étnica e multi-racial, deverão algum dia refletir as porcentagens de brancos, negros e indígenas do país em

todos os graus da hierarquia acadêmica: na graduação, no mestrado, no doutorado, na carreira de docente e na carreira de pesquisador.

Nesse longo caminho em direção à igualdade étnica e racial plena, o PL 73/99, que reserva vagas na graduação, é uma medida ainda tímida: garantirá uma média nacional mínima de 22,5% de vagas nas universidades públicas para um grupo humano que representa 45,6% da população nacional. É preciso, porém, ter clareza do que significam esses 22,5% de cotas no contexto total do ensino de graduação no Brasil. Tomando como base os dados oficiais do INEP, o número de ingressos nas universidades federais em 2004 foi de 123.000 estudantes, enquanto o total de ingressos em todas as universidades (federais, estaduais, municipais e privadas) foi de 1.304.000 estudantes. Se já tivessem existido cotas em todas as universidades federais para esse ano, os estudantes negros contariam com uma reserva de 27.675 vagas (22,5% de 123.000 vagas). Em suma, a Lei de Cotas incidiria em apenas 2% do total de ingressos no ensino superior brasileiro. Devemos ter igualmente claro que essa Lei visa garantir o ingresso de aproximadamente 27.675 estudantes negros em um universo de 575.000 estudantes atualmente matriculados nas universidades federais. Portanto, estes representarão um acréscimo anual de 4,8% de estudantes negros em um contingente majoritariamente branco. Lembremos, finalmente, que o número total de matrículas na graduação em 2004 foi de 4.165.000. A Lei de Cotas assegurará, portanto, que apenas 0,7% do número total de estudantes cursando o terceiro grau no Brasil sejam negros. Devemos concluir que a desigualdade racial continuará sendo a marca do nosso universo acadêmico durante décadas, mesmo com a implementação do PL 73/99. Sem as cotas, porém, já teremos que começar a calcular em séculos a perspectiva de combate ao nosso racismo universitário. Temos esperança de que nossos congressistas aumentem esses índices tão baixos de inclusão!

Se a Lei de Cotas visa nivelar o acesso às vagas de ingresso nas universidades públicas entre brancos e negros, o Estatuto da Igualdade Racial complementa esse movimento por justiça. Garante o acesso mínimo dos negros aos cargos públicos e assegura um mínimo de igualdade racial no mercado de trabalho e no usufruto dos serviços públicos de saúde e moradia, entre outros. Urge votar o Estatuto, pois se trata de recuperar uma medida de igualdade que deveria ter sido incluída na Constituição de 1889, no momento inicial da construção da República no Brasil. Foi sua ausência que aprofundou o fosso da desigualdade racial e da impunidade do racismo contra a população negra ao longo de todo o século XX. Por outro lado, o Estatuto transforma em ação concreta os valores de igualdade plasmados na Constituição de 1988, claramente pró-ativa na sua afirmação de que é necessário adotar mecanismos capazes de viabilizar a igualdade almejada. Enquanto o Estatuto não

for aprovado, continuaremos reproduzindo o ciclo de desigualdade racial profunda que tem sido a marca de toda a nossa história republicana até os dias de hoje.

Finalmente, gostaríamos de fazer uma breve menção ao documento contrário à Lei de Cotas e ao Estatuto da Igualdade Racial, enviado recentemente aos nobres parlamentares por um grupo de acadêmicos pertencentes a várias instituições de elite do país. Ao mesmo tempo em que rejeitam frontalmente as duas Leis em discussão, os assinantes do documento não apresentam nenhuma proposta alternativa concreta de inclusão racial no Brasil, reiterando apenas que somos todos iguais perante a lei e que é preciso melhorar os serviços públicos até atenderem por igual a todos os segmentos da sociedade. Essa declaração de princípios universalistas, feita por membros da elite de uma sociedade multi-étnica e multi-racial com uma história recente de escravidão e genocídio sistemático, parece uma reedição, no século XXI, do imobilismo subjacente à Constituição da República de 1889: zerou, num toque de mágica, as desigualdades causadas pelos três séculos de escravidão e genocídio, e jogou para um futuro incerto o dia em que negros e índios pudessem ter acesso equitativo à educação, às riquezas, aos bens e aos serviços acumulados pelo Estado brasileiro.

Acreditamos que a igualdade universal dentro da República não é um princípio vazio e sim uma meta a ser alcançada. As /ações afirmativas/, baseadas na /discriminação positiva/ daqueles lesados por processos históricos, são a figura jurídica criada pelas Nações Unidas para alcançar essa meta.

Rejeitar simultaneamente a Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial significa aceitar a continuidade do quadro atual de desigualdade racial e de genocídio e adiar /sine die/ o momento em que o Estado brasileiro consiga nivelar as oportunidades entre negros, brancos e indígenas. Por outro lado, são os dados oficiais do governo que expressam, sem sombra de dúvida, a necessidade urgente de ações afirmativas: ou adotamos cotas e implementemos o Estatuto, ou seremos coniventes com a perpetuação do nosso racismo e do nosso genocídio.

Instamos, portanto, os nossos ilustres congressistas a que aproveem, com a máxima urgência, a Lei de Cotas (PL73/1999) e o Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/2000).

Brasília, 29 de junho de 2006

9.4

Anexo 4 – Manifesto contra as Cotas

"113 Cidadãos Anti-Racistas Contra as Leis Raciais"**Cidadãos Anti-Racistas Contra as Leis Raciais**

Excelentíssimo sr. ministro:

Duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI 3.330 e ADI 3.197) promovidas pela Confenem (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), a primeira contra o programa ProUni e a segunda contra a lei de cotas nos concursos vestibulares das universidades estaduais do Rio de Janeiro, serão apreciadas proximamente pelo STF. Os julgamentos terão significado histórico, pois podem criar jurisprudência sobre a constitucionalidade de cotas raciais não só para o financiamento de cursos no ensino superior particular e para concursos de ingresso no ensino superior público como para concursos públicos em geral. Mais ainda: os julgamentos têm o potencial de enviar uma mensagem decisiva sobre a constitucionalidade da produção de leis raciais.

Nós, intelectuais da sociedade civil, sindicalistas, empresários e ativistas dos movimentos negros e outros movimentos sociais, dirigimo-nos respeitosamente aos juízes da corte mais alta, que recebeu do povo constituinte a prerrogativa de guardião da Constituição, para oferecer argumentos contrários à admissão de cotas raciais na ordem política e jurídica da República.

Na seara do que Vossas Excelências dominam, apontamos a Constituição Federal, no seu artigo 19, que estabelece: "É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si." O artigo 208 dispõe que: "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um." Alinhada com os princípios e garantias da Constituição Federal, a Constituição Estadual do Rio de Janeiro, no seu Artigo 9º, determina que: "Ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, por ter cumprido pena nem por qualquer particularidade ou condição."

As palavras da lei emanam de uma tradição brasileira, que cumpre exatos 120 anos desde a Abolição da escravidão, de não dar amparo a leis e políticas raciais. No intuito de justificar o rompimento dessa tradição, os proponentes das cotas raciais sustentam que o princípio da igualdade de todos perante a lei exige tratar desigualmente os desiguais. Ritualmente, eles citam a "Oração aos Moços", na qual Rui Barbosa, inspirado em Aristóteles, explica que: "A regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade." O método de tratar desigualmente os desiguais, a que se refere, é aquele aplicado, com justiça, em campos tão distintos quanto o sistema tributário, por meio da tributação progressiva, e as políticas sociais de transferência de renda. Mas a sua invocação para sustentar leis raciais não é mais que um sofisma.

Os concursos vestibulares, pelos quais se dá o ingresso no ensino superior de qualidade "segundo a capacidade de cada um", não são promotores de desigualdades, mas se realizam no

terreno semeado por desigualdades sociais prévias. A pobreza no Brasil tem todas as cores. De acordo com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2006, entre 43 milhões de pessoas de 18 a 30 anos de idade, 12,9 milhões tinham renda familiar per capita de meio salário mínimo ou menos. Neste grupo mais pobre, 30% classificavam-se a si mesmos como brancos, 9% como pretos e 60% como pardos. Desses 12,9 milhões, apenas 21% dos brancos e 16% dos pretos e pardos haviam completado o ensino médio, mas muito poucos, de qualquer cor, continuaram estudando depois disso. Basicamente, são diferenças de renda, com tudo que vem associado a elas, e não de cor, que limitam o acesso ao ensino superior.

Apresentadas como maneira de reduzir as desigualdades sociais, as cotas raciais não contribuem para isso, ocultam uma realidade trágica e desviam as atenções dos desafios imensos e das urgências, sociais e educacionais, com os quais se defronta a nação. E, contudo, mesmo no universo menor dos jovens que têm a oportunidade de almejar o ensino superior de qualidade, as cotas raciais não promovem a igualdade, mas apenas acentuam desigualdades prévias ou produzem novas desigualdades: "As cotas raciais exclusivas, como aplicadas, entre outras, na UnB (Universidade de Brasília), proporcionam a um candidato definido como negro a oportunidade de ingresso por menor número de pontos que um candidato definido como branco, mesmo se o primeiro provier de família de alta renda e tiver cursado colégios particulares de excelência e o segundo provier de família de baixa renda e tiver cursado escolas públicas arruinadas. No fim, o sistema concede um privilégio para candidatos de classe média arbitrariamente classificados como negros.

"As cotas raciais embutidas no interior de cotas para candidatos de escolas públicas, como aplicadas, entre outras, pela Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), separam os alunos provenientes de famílias com faixas de renda semelhantes em dois grupos raciais polares, gerando uma desigualdade natural num meio caracterizado pela igualdade social. O seu resultado previsível é oferecer privilégios para candidatos definidos arbitrariamente como negros que cursaram escolas públicas de melhor qualidade, em detrimento de seus colegas definidos como brancos e de todos os alunos de escolas públicas de pior qualidade.

A PNAD de 2006 informa que 9,41 milhões de estudantes cursavam o ensino médio, mas apenas 5,87 milhões freqüentavam o ensino superior, dos quais só uma minoria de 1,44 milhão estavam matriculados em instituições superiores públicas. As leis de cotas raciais não alteram em nada esse quadro e não proporcionam inclusão social. Elas apenas selecionam vencedores e perdedores, com base num critério altamente subjetivo e intrinsecamente injusto, abrindo cicatrizes profundas na personalidade dos jovens, naquele momento de extrema fragilidade que significa a disputa, ainda imaturos, por uma vaga que lhes garanta o futuro.

Queremos um Brasil onde seus cidadãos possam celebrar suas múltiplas origens, que se plasmassem na criação de uma cultura nacional aberta e tolerante, no lugar de serem obrigados a escolher e valorizar uma única ancestralidade em detrimento das outras. O que nos mobiliza não é o combate à doutrina de ações afirmativas, quando entendidas como esforço para cumprir as declarações preambulares da Constituição, contribuindo na redução das desigualdades sociais, mas a manipulação dessa doutrina com o propósito de racializar a vida social no país. As leis que oferecem oportunidades de emprego a deficientes físicos e que concedem cotas a mulheres nos partidos políticos são invocadas como precedentes para sustentar a admissibilidade jurídica de

leis raciais. Esse segundo sofisma é ainda mais grave, pois conduz à naturalização das raças. Afinal, todos sabemos quem são as mulheres e os deficientes físicos, mas a definição e delimitação de grupos raciais pelo Estado é um empreendimento político que tem como ponto de partida a negação daquilo que nos explicam cientistas.

Raças humanas não existem. A genética comprovou que as diferenças icônicas das chamadas raças humanas são características físicas superficiais, que dependem de parcela ínfima dos 25 mil genes estimados do genoma humano. A cor da pele, uma adaptação evolutiva aos níveis de radiação ultravioleta vigentes em diferentes áreas do mundo, é expressa em menos de dez genes! Nas palavras do geneticista Sérgio Pena: "O fato assim cientificamente comprovado da inexistência das 'raças' deve ser absorvido pela sociedade e incorporado às suas convicções e atitudes morais. Uma postura coerente e desejável seria a construção de uma sociedade desracializada, na qual a singularidade do indivíduo seja valorizada e celebrada. Temos de assimilar a noção de que a única divisão biologicamente coerente da espécie humana é em bilhões de indivíduos, e não em um punhado de 'raças'."

Não foi a existência de raças que gerou o racismo, mas o racismo que fabricou a crença em raças. O "racismo científico" do século 19 acompanhou a expansão imperial européia na África e na Ásia, erguendo um pilar "científico" de sustentação da ideologia da "missão civilizatória" dos europeus, que foi expressa celeberramente como o "fardo do homem branco".

Os poderes coloniais, para separar na lei os colonizadores dos nativos, distinguiram também os nativos entre si e inscreveram essas distinções nos censos. A distribuição de privilégios segundo critérios etno-raciais inculcou a raça nas consciências e na vida política, semeando tensões e gerando conflitos que ainda perduram. Na África do Sul, o sistema do apartheid separou os brancos dos demais e foi adiante, na sua lógica implacável, fragmentando todos os não-brancos em grupos étnicos cuidadosamente delimitados. Em Ruanda, no Quênia e em tantos outros lugares, os africanos foram submetidos a meticulosas classificações étnicas, que determinaram acessos diferenciados aos serviços e empregos públicos. A produção política da raça é um ato político que não demanda diferenças de cor da pele.

O racismo contamina profundamente as sociedades quando a lei sinaliza às pessoas que elas pertencem a determinado grupo racial _e que seus direitos são afetados por esse critério de pertinência de raça. Nos Estados Unidos, modelo por excelência das políticas de cotas raciais, a abolição da escravidão foi seguida pela produção de leis raciais baseadas na regra da "gota de sangue única". Essa regra, que é a negação da mestiçagem biológica e cultural, propiciou a divisão da sociedade em guetos legais, sociais, culturais e espaciais. De acordo com ela, as pessoas são, irrevogavelmente, brancas ou negras. Eis aí a inspiração das leis de cotas raciais no Brasil.

"Eu tenho o sonho que meus quatro pequenos filhos viverão um dia numa nação na qual não serão julgados pela cor da sua pele mas pelo conteúdo de seu caráter." Há 45 anos, em agosto, Martin Luther King abriu um horizonte alternativo para os norte-americanos, ancorando-o no "sonho americano" e no princípio político da igualdade de todos perante a lei, sobre o qual foi fundada a nação. Mas o desenvolvimento dessa visão pós-racial foi interrompido pelas políticas racialistas que, a pretexto de reparar injustiças, beberam na fonte envenenada da regra

da "gota de sangue única". De lá para cá, como documenta extensamente Thomas Sowell em "Ação Afirmativa ao Redor do Mundo: um Estudo Empírico", as cotas raciais nos Estados Unidos não contribuíram em nada para reduzir desigualdades, mas aprofundaram o cisma racial que marca como ferro em brasa a sociedade norte-americana.

"É um impasse racial no qual estamos presos há muitos anos", na constatação do senador Barack Obama, em seu discurso pronunciado a 18 de março, que retoma o fio perdido depois do assassinato de Martin Luther King. O impasse não será superado tão cedo, em virtude da lógica intrínseca das leis raciais. Como assinalou Sowell, com base em exemplos de inúmeros países, a distribuição de privilégios segundo critérios etno-raciais tende a retroalimentar as percepções racializadas da sociedade _e em torno dessas percepções articulam-se carreiras políticas e grupos organizados de pressão.

Mesmo assim, algo se move nos Estados Unidos. Há pouco, repercutindo um desencanto social bastante generalizado com o racismo, a Suprema Corte declarou inconstitucionais as políticas educacionais baseadas na aplicação de rótulos raciais às pessoas. No seu argumento, o presidente da corte, juiz John G. Roberts Jr., escreveu que "o caminho para acabar com a discriminação baseada na raça é acabar com a discriminação baseada na raça". Há um sentido claro na reiteração: a inversão do sinal da discriminação consagra a raça no domínio da lei, destruindo o princípio da cidadania.

Naquele julgamento, o juiz Anthony Kennedy alinhou-se com a maioria, mas proferiu um voto separado que contém o seguinte protesto: "Quem exatamente é branco e quem é não-branco? Ser forçado a viver sob um rótulo racial oficial é inconsistente com a dignidade dos indivíduos na nossa sociedade. E é um rótulo que um indivíduo é impotente para mudar!" Nos censos do IBGE, as informações de raça/ cor abrigam a mestiçagem e recebem tratamento populacional. As leis raciais no Brasil são algo muito diferente: elas têm o propósito de colar "um rótulo que um indivíduo é impotente para mudar" e, no caso das cotas em concursos vestibulares, associam nominalmente cada jovem candidato a uma das duas categorias raciais polares, impondo-lhes uma irrecorrível identidade oficial.

O juiz Kennedy foi adiante e, reconhecendo a diferença entre a doutrina de ações afirmativas e as políticas de cotas raciais, sustentou a legalidade de iniciativas voltadas para a promoção ativa da igualdade que não distinguem os indivíduos segundo rótulos raciais. Reportando-se à realidade norte-americana da persistência dos guetos, ele mencionou, entre outras, a seleção de áreas residenciais racialmente segregadas para os investimentos prioritários em educação pública.

No Brasil, difunde-se a promessa sedutora de redução gratuita das desigualdades por meio de cotas raciais para ingresso nas universidades. Nada pode ser mais falso: as cotas raciais proporcionam privilégios a uma ínfima minoria de estudantes de classe média e conservam intacta, atrás de seu manto falsamente inclusivo, uma estrutura de ensino público arruinada. Há um programa inteiro de restauração da educação pública a se realizar, que exige políticas adequadas e vultosos investimentos. É preciso elevar o padrão geral do ensino mas, sobretudo, romper o abismo entre as escolas de qualidade, quase sempre situadas em bairros de classe média, e as escolas devastadas das periferias urbanas, das favelas e do meio rural. O

direcionamento prioritário de novos recursos para esses espaços de pobreza beneficiaria jovens de baixa renda de todos os tons de pele --e, certamente, uma grande parcela daqueles que se declaram pardos e pretos.

A meta nacional deveria ser proporcionar a todos um ensino básico de qualidade e oportunidades verdadeiras de acesso à universidade. Mas há iniciativas a serem adotadas, imediatamente, em favor de jovens de baixa renda de todas as cores que chegam aos umbrais do ensino superior, como a oferta de cursos preparatórios gratuitos e a eliminação das taxas de inscrição nos exames vestibulares das universidades públicas. Na Unesp (Universidade Estadual Paulista), o Programa de Cursos Pré-Vestibulares Gratuitos, destinado a alunos egressos de escolas públicas, atendeu em 2007 a 3.714 jovens, dos quais 1.050 foram aprovados em concursos vestibulares, sendo 707 em universidades públicas. Medidas como essa, que não distinguem os indivíduos segundo critérios raciais abomináveis, têm endereço social certo e contribuem efetivamente para a amenização das desigualdades.

A sociedade brasileira não está livre da chaga do racismo, algo que é evidente no cotidiano das pessoas com tom de pele menos claro, em especial entre os jovens de baixa renda. A cor conta, ilegal e desgraçadamente, em incontáveis processos de admissão de funcionários. A discriminação se manifesta de múltiplas formas, como por exemplo na hora das incursões policiais em bairros periféricos ou nos padrões de aplicação de ilegais mandados de busca coletivos em áreas de favelas.

Por certo existe preconceito racial e racismo no Brasil, mas o Brasil não é uma nação racista. Depois da abolição, no lugar da regra da "gota de sangue única", a nação brasileira elaborou uma identidade amparada na idéia anti-racista de mestiçagem e produziu leis que criminalizam o racismo. Há sete décadas, a República não conhece movimentos racistas organizados ou expressões significativa de ódio racial. O preconceito de raça, acuado, refugiou-se em expressões oblíquas envergonhadas, temendo assomar à superfície. A condição subterrânea do preconceito é um atestado de que há algo de muito positivo na identidade nacional brasileira, não uma prova de nosso fracasso histórico.

"Quem exatamente é branco e quem é não-branco?" --a indagação do juiz Kennedy provoca algum espanto nos Estados Unidos, onde quase todos imaginam conhecer a identidade racial de cada um, mas parece óbvia aos ouvidos dos brasileiros. Entre nós, casamentos inter-raciais não são incomuns e a segregação residencial é um fenômeno basicamente ligado à renda, não à cor da pele. Os brasileiros tendem a borrar as fronteiras raciais, tanto na prática da mestiçagem quanto no imaginário da identidade, o que se verifica pelo substancial e progressivo incremento censitário dos pardos, que saltaram de 21% no Censo de 1940 para 43% na PNAD de 2006, e pela paralela redução dos brancos (de 63% para 49%) ou pretos (de 15% para 7%).

A percepção da mestiçagem, que impregna profundamente os brasileiros, de certa forma reflete realidades comprovadas pelos estudos genéticos. Uma investigação já célebre sobre a ancestralidade de brasileiros classificados censitariamente como brancos, conduzida por Sérgio Pena e sua equipe da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) comprovou cientificamente a extensão de nossas miscigenações. "Em resumo, estes estudos filogeográficos com brasileiros brancos revelaram que a imensa maioria das patrilinhagens é européia, enquanto a maioria das

matrilinhagens (mais de 60%) é ameríndia ou africana". Especificamente, a análise do DNA mitocondrial, que serve como marcador de ancestralidades maternas, mostrou que 33% das linhagens eram de origem ameríndia, 28% de origem africana e 39% de origem europeia.

Os estudos de marcadores de DNA permitem concluir que, em 2000, existiam cerca de 28 milhões de afrodescendentes entre os 90,6 milhões de brasileiros que se declaravam brancos e que, entre os 76,4 milhões que se declaravam pardos ou pretos, 20% não tinham ancestralidade africana. Não é preciso ir adiante para perceber que não é legítimo associar cores de pele a ancestralidades e que as operações de identificação de negros com descendentes de escravos e com afrodescendentes são meros exercícios da imaginação ideológica. Do mesmo modo, a investigação genética evidencia a violência intelectual praticada pela unificação dos grupos censitários pretos e pardos num suposto grupo racial negro.

Mas a violência não se circunscreve à esfera intelectual. As leis de cotas raciais são veículos de uma engenharia política de fabricação ou recriação de raças. Se, individualmente, elas produzem injustiças singulares, socialmente têm o poder de gerar raças oficiais, por meio da divisão dos jovens estudantes em duas raças polares. Como, no Brasil, não sabemos quem exatamente é negro e quem é não-negro, comissões de certificação racial estabelecidas pelas universidades se encarregam de traçar uma fronteira. A linha divisória só se consolida pela validação oficial da autodeclaração dos candidatos, num processo sinistro em que comissões universitárias investigam e deliberam sobre a "raça verdadeira" dos jovens a partir de exames de imagens fotográficas ou de entrevistas identitárias. No fim das contas, isso equivale ao cancelamento do princípio da autodeclaração e sua substituição pela atribuição oficial de identidades raciais.

Na UnB, uma comissão de certificação racial composta por professores e militantes do movimento negro chegou a separar dois irmãos gêmeos idênticos pela fronteira da raça. No Maranhão, produziram-se fenômenos semelhantes. Pelo Brasil afora, os mesmos candidatos foram certificados como negros em alguma universidade mas descartados como brancos em outra. A proliferação das leis de cotas raciais demanda a produção de uma classificação racial geral e uniforme. Esta é a lógica que conduziu o MEC a implantar declarações raciais nominais e obrigatórias no ato de matrícula de todos os alunos do ensino fundamental do país. O horizonte da trajetória de racialização promovida pelo Estado é o estabelecimento de um carimbo racial compulsório nos documentos de identidade de todos os brasileiros. A história está repleta de barbaridades inomináveis cometidas sobre a base de carimbos raciais oficialmente impostos.

A propaganda cerrada em favor das cotas raciais assegura-nos que os estudantes universitários cotistas exibem desempenho similar ao dos demais. Os dados concernentes ao tema são esparsos, contraditórios e pouco confiáveis. Mas isso é essencialmente irrelevante, pois a crítica informada dos sistemas de cotas nunca afirmou que estudantes cotistas seriam incapazes de acompanhar os cursos superiores ou que sua presença provocaria queda na qualidade das universidades. As cotas raciais não são um distúrbio no ensino superior, mas a face mais visível de uma racialização oficial das relações sociais que ameaça a coesão nacional.

A crença na raça é o artigo de fé do racismo. A fabricação de raças oficiais e a distribuição seletiva de privilégios segundo rótulos de raça inocula na circulação sanguínea da

sociedade o veneno do racismo, com seu cortejo de rancores e ódios. No Brasil, representaria uma revisão radical de nossa identidade nacional e a renúncia à utopia possível da universalização da cidadania efetiva.

Ao julgar as cotas raciais, o STF não estará deliberando sobre um método de ingresso nas universidades, mas sobre o significado da nação e a natureza da Constituição. Leis raciais não ameaçam uma elite branca, conforme esbravejam os racialistas, mas passam uma fronteira brutal no meio da maioria absoluta dos brasileiros. Essa linha divisória atravessaria as salas de aula das escolas públicas, os ônibus que conduzem as pessoas ao trabalho, as ruas e as casas dos bairros pobres. Neste início de terceiro milênio, um Estado racializado estaria dizendo aos cidadãos que a utopia da igualdade fracassou _e que, no seu lugar, o máximo que podemos almejar é uma trégua sempre provisória entre nações separadas pelo precipício intransponível das identidades raciais. É esse mesmo o futuro que queremos?

21 de abril de 2008

9.5**Anexo 5- Termo de consentimento livre e esclarecido****Projeto de pesquisa: Mulher negra militante: identidade, resistência no contexto da política de cotas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Prezada

Venho solicitar, com muito prazer, a sua participação na pesquisa que estou realizando, com vista a obtenção do grau de Doutora em Serviço Social no Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sob a orientação da Professora Doutora Denise Pinni Rosalém da Fonseca.

O tema orientador da pesquisa é a identidade de alunas negras militantes concluintes ou ainda matriculadas nos diversos cursos de graduação da UERJ, cujo acesso se deu através da política de cotas raciais no período de 2003 a 2008.

Pouco se sabe a respeito da trajetória de vida dessas alunas que enfrentando o racismo e o sexismo em suas experiências de vida, constroem um percurso de sucesso através da solidariedade familiar e social . Não esmorecendo, e enfrentando politicamente o sistema de dominação e opressão que historicamente as discriminam, inclusive na Universidade, elas vêm demonstrando inúmeras formas de resistência para superar as barreiras históricas durante seu processo de formação profissional.

Para tal, buscar-se-á a descrição de sua trajetória de vida pessoal, educacional e do engajamento na militância , cujas narrativas serão registradas através de gravador e posteriormente transcritas por duas mulheres negras, colaboradoras da pesquisa.

Além da entrevista disponibilizarei um formulário sócio- demográfico para preenchimento e uma lista de complementação de frases que poderão ser devolvidos sete dias após a entrevista.

A pesquisa visa a produzir contribuições teóricas e metodológicas, uma vez que o impacto do racismo e o sexismo na construção da identidade da mulher negra tem sido pouco estudado no Serviço Social. Meu intuito é produzir um conhecimento crítico, com a sua colaboração, capaz de abalar o silenciamento das relações de poder que historicamente invisibilizaram a violência do racismo patriarcal na construção da identidade da mulher negra.

Parafraseando Elevenice Santos Chaves que desenvolveu uma belíssima pesquisa sobre mulher negra professora no ensino superior, “os estudos sobre racismo realizados centram-se, maciçamente, no fracasso do afro-descendente e não no seu sucesso escolar.”

Para além desse objetivo esta pesquisa pretende tornar público essas histórias de resistência e sucesso, que são respostas históricas da luta de nossas ancestrais.

Informo que a sua participação poderá contribuir para que re-escreva a sua história pessoal que também está apoiada em muitas outras histórias.

As informações que vier a fornecer serão trabalhadas de modo que o seu anonimato e impossibilidade da identificação de pessoas, locais e instituições serão preservados, se assim desejar. A transcrição da entrevista será apresentada para que você leia, selecione o conteúdo para publicação, apenas o conteúdo que deverá ser publicado.

Você terá a liberdade de escolher o que falar e como falar, a partir de duas perguntas que nortearão a entrevista.

Se você concorda em participar, solicito a gentileza de explicitar, assinando esse termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Nome: Magali da Silva Almeida

End: Rua General Correa do Lago, 140- Honório Gurgel. Rio de Janeiro.

CEP: 21.511-320

Fone: 21- 30175578.

RG: 5413- CRESS 7ª. Região

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro ter lido as informações sobre a pesquisa, considerando-me esclarecido sobre o objetivo da mesma e que deverei relatar aspectos da minha história de vida, ressaltando-me o direito de fornecer as informações que desejar e como desejar. Também declaro que de livre vontade, aceito participar da pesquisa, cooperando na coleta de informações para posterior análise.

Brasília, ____/____/____

____ R.G. _____

Participante/Informante

9.6**Anexo 6- Dados demográficos, modelo**

Rio de Janeiro, 13 de julho de 2011.

Prezada companheira, colaboradora da pesquisa,

Dando seqüência a sua participação na pesquisa que estou desenvolvendo, solicito a gentileza de preencher o formulário abaixo, a fim de complementar as informações dadas por você durante a entrevista.

Trata-se de um conjunto de informações sócio demográficas importantes para aprofundar a investigação em tela.

Ressalto a importância das informações fornecidas , pois minha proposta de estudo fundamenta-se em sua história de vida e demais outras quatro mulheres negras militantes que ingressaram na UERJ através da política de reserva de vagas para negros.

.

Na qualidade de coordenadora desta pesquisa, desde já agradeço a sua valiosa colaboração.

Atenciosamente,

Magali da Silva Almeida

INFORMAÇÕES SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

INFORMANTE Nº _____ (por favor, não preencha)

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Idade:

1.2 - Sexo:

1.3 - Gênero:

1.4 - Cor:

1.5 – Orientação sexual:

1.6 - Escolaridade:

1.7 - Renda:

1.8 - Atividade (s) de trabalho:

1.9- Naturalidade:

1.10 - Cidade onde reside na atualidade:

1.11 - Tipo de residência: () Própria () Própria financiada l

() cedida () ocupação () Outros _____

1.12 - Com quem reside:

1.13 - Número de cômodos:

1.13 - Espaço ocupado para estudo:

2. RESIDÊNCIAS ANTERIORES

2.1 - Bairros onde residiu, considerando-se a cidade onde reside:

2.1.A - Na infância: () Centro () Periferia

2.1.B - Na adolescência: () Centro () Periferia

2.1.C - Na juventude: () Centro () Periferia

2.1.D - Na idade adulta: () Centro () Periferia

2.2 - Bairros onde residiu em outro(s) momento(s) da sua vida, excluindo a cidade onde atualmente reside

2.2.A - Na infância: () Centro () Periferia

2.2.B - Na adolescência: () Centro () Periferia

2.2.C - Na juventude: () Centro () Periferia

2.2.D - Na idade adulta: () Centro () Periferia

3. TIPOS DE CASA ONDE RESIDIU:

3.1 - Na infância: () Própria () Própria financiada () Aluguel () cedida () ocupação.

() Casa dos pais () Casa de outros familiares

() Casa de amigos () Outros _____

3.2 - Na adolescência: () Própria () Própria financiada () Aluguel () cedida () ocupação.

() Casa dos pais () Casa de outros familiares

() Casa de amigos () Outros _____

3.3 - Na juventude: () Própria () Própria financiada () Aluguel () cedida () ocupação.

- () Casa dos pais () Casa de outros familiares
 () Casa de amigos () Outros _____

- 3.4 - Na idade adulta: () Própria () Própria financiada () Aluguel () cedida ()
 ocupação.
 () Casa dos pais () Casa de outros familiares
 () Casa de amigos () Outros _____

4. CONFIGURAÇÃO DO LAR

4.1 - Na infância:

- 4.1.A - Número de residentes:
 4.1.B - Graus de parentesco:
 4.1.C - Número de cômodos:
 4.1.D - Espaço ocupado pelos residentes nos cômodos:

4.2 - Na adolescência:

- 4.2.A - Número de residentes:
 4.2.B - Graus de parentesco:
 4.2.C - Número de cômodos:
 4.2.D - Espaço ocupado pelos residentes nos cômodos:

4.3 - Na juventude:

- 4.3.A - Número de residentes:
 4.3.B - Graus de parentesco: _____
 4.3.C - Número de cômodos:
 4.3.D - Espaço ocupado pelos residentes nos cômodos:

4.4 - Na idade adulta:

- 4.4.A - Número de residentes: _
 4.4.B - Graus de parentesco: _____
 4.4.C - Número de cômodos:
 4.4.D - Espaço ocupado pelos residentes nos cômodos:

5. NATUREZA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO QUE FREQUENTOU (pré-escola, fundamental, médio e superior)

5.1 - Na infância:

- () Pública () Particular () Particular com bolsa de estudo

5.2 - Na adolescência:

- () Pública () Particular () Particular com bolsa de estudo

5.3 - Na juventude:

- () Pública () Particular () Particular com bolsa de estudo

5.4 - Na idade adulta:

- () Pública () Particular () Particular com bolsa de estudo

6. PESSOAS E/OU INSTITUIÇÕES QUE FINANCIARAM SEUS ESTUDOS:

6.1 - Na infância:

6.1.A – Parentes (grau de parentesco das pessoas):

6.1.B - Amigos:

6.2 - Na adolescência:

6.2.A – Parentes (grau de parentesco das pessoas):

6.2.B - Amigos:

6.3 - Na juventude:

6.3.A – Parentes (grau de parentesco das pessoas):

6.3.B - Amigos:

6.4 - Na idade adulta:

6.4.A – Parentes (grau de parentesco das pessoas):

6.4.B - Amigos:

7. SOBRE SEUS PAIS:

7.1 - Cor:

7.1.A - Pai: Mãe:

7.2 - Idade do pai:

() Falecido desde _____

7.3 - Idade da mãe:

() Falecida desde _____

7.4 - Estado civil dos pais:

7.4.A - Pai:

7.4.B - Mãe:

7.5 - Escolaridade dos pais:

7.5.A - Pai:

7.5.B - Mãe:

7.6 - Profissão do pai:

7.6.A - Na sua infância:

7.6.B - Na sua adolescência:

7.6.C - Na sua juventude:

7.6.D - Na sua idade adulta:

7.7 - Profissão da mãe:

7.7.A - Na sua infância:

7.7.B - Na sua adolescência:

7.7.D - Na sua idade adulta:

7.8 - Bairro em que residem: () Centro () Periferia

7.9 - Tipo de residência: () Própria () Própria financiada () Aluguel (outros_____

7.10 - Com quem residem:

7.10.A - Número de residentes:

7.10.B - Graus de parentesco:

7.10.C - Número de cômodos:

7.10.D - Espaço ocupado pelos residentes nos cômodos:

8 – SOBRE A MILITÂNCIA.

8.1-Nome da Instituição ou Rede

8.2- Tipo: Movimento negro () Movimento de Mulheres Negras () Prés-vestibulares para negros () Pastoral do Negro () Outras=-

8.8- Idade que iniciou o ativismo_____

LISTA DE COMPLEMENTAÇÃO DE FRASES

- 1- O racismo para as mulheres negras é
- 2- O racismo na minha vida é
- 3- O racismo na minha família é
- 4- O racismo na minha infância foi
- 5- O racismo na minha adolescência foi
- 6- O racismo na juventude é
- 7- O racismo na idade adulta é
- 8- O racismo no Brasil é
- 9- O racismo institucional é
- 10- O racismo na escola é
- 11- O racismo na Universidade é
- 12- O racismo na formação profissional é
- 13- O racismo nas relações afetivas é
- 14- O racismo no trabalho
- 15- O racismo e sexismo na militância são
- 16- A política de ação afirmativa no ensino superior para as jovens é